2º CONGRESSO MULTIDISCIPLINAR DA FAI ONLINE

INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: CONQUISTAS HISTÓRICAS NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIS DO EVENTO

V. 2 – Ano 2020
ISSN 2763-9851

FACULDADE IRECÊ

2º CONGRESSO
MULTIDISCIPLINAR DA FAI
ONLINE

INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: CONQUISTAS HISTÓRICAS NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS

NUPPEX – FAI

Núcleo de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão

V. 2 – Ano 2020
ISSN 2763-9851

FACULDADE IRECÊ

O CONTEÚDO PUBLICADO NESTE PERIÓDICO É DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DE SEUS AUTORES.

QUALQUER PARTE DESTA PUBLICAÇÃO PODERÁ SER REPRODUZIDA DESDE QUE CITADA A FONTE.

© 2020

2° CONGRESSO MULTIDISCIPLINAR DA FAI ONLINE

EXPEDIENTE

FACULDADE IRECÊ – FAI
Rua Rio Iguaçu, 397 Térreo – Bairro Recanto das Árvores – Irecê

II CONGRESSO MULTIDISCIPLINAR DA FAI: Inclusão da Pessoa com Deficiência “conquistas históricas na perspectiva dos direitos humanos”.

V. 2 – Ano 2020
ISSN 2763-9851

Congresso Anual
Trabalhos aceitos somente no idioma português

CORPO EDITORIAL

Alberlan Almeida Silva
Almerindo Barreto de Almeida Neto
Cintia Maria Teixeira Lins
Dyego Pimenta Oliveira
Edilana Campos Dourado
Elaine Alane Batista Cavalcante
Hebert Vieira Duraes
Heitor de Souza Dantas
Iuri Gabriel Mendes Queiroz
Joseneide Alves de Miranda
Kelle Karolina Ariane Ferreira Alves
Leonellea Pereira
Maria da Conceição Araújo Correia
Morganna Thinesca Almeida Silva
Nadja Shirlley de Andrade Cavalcante
Ivania Batista de Oliveira Farias

DIAGRAMAÇÃO

Iuri Gabriel Mendes Queiroz
Lucas Caian Alves da Silva

ORGANIZAÇÃO GERAL

NUPPEX-FAI
Núcleo de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão

NUPPEX NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO PESQUISA E EXTENSÃO

FAI FACULDADE IRECÊ

SUMÁRIO

ÁREA TEMÁTICA: Ensino, Pesquisa e Extensão para inclusão da pessoa com deficiência 8

A COMPREENSÃO DO PACIENTE COM OSTOMIA COMO DEFICIENTE 9

A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NA FORMAÇÃO ACADÊMICA DE ENFERMEIROS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA 11

ACESSIBILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E OS TRATORES AGRÍCOLAS 12

ASPECTOS FARMACOEPIDEMIOLÓGICOS ASSOCIADOSA OTOTOXICIDADE INDUZIDA POR AMINOGLICOSÍDEOS NA INFÂNCIA: UMA REVISÃO 14

ATENDIMENTO INTEGRAL A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA 16

DESAFIO NA COMUNICAÇÃO POR PROFISSIONAIS NA ORIENTAÇÃO DE HIGIENE ORAL PARA DEFICIENTES AUDITIVOS 17

DIFICULDADES ENCONTRADAS NA ASISTÊNCIA EM UNIDADE DE EMERGÊNCIA AOS CLIENTES COM SURDEZ 19

ESTRATÉGIAS NA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM A CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTECTUAL NA ATENÇÃO BÁSICA 21

NECESSIDADE DA INSERÇÃO DA LÍNGA BRASILERA DE SINAIS NA GRADE CURRICULAR DE ENFERMAGEM 23

O PSICÓLOGO DIANTE DO ATENDIMENTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL 25

O USO DE NOVASMATRIZES PARA A PRODUÇÃO DE ÓRTESES E PRÓTESESE SEUS REFLEXOS NA INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UMA REVISÃO 27

PROGRAMA DE TUTORIA ESPECIAL NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB: ENXERGANDO ALÉM DOS OLHOS 29

ÁREA TEMÁTICA: Perspectivas históricas, avanços e desafios dos direitos humanos da pessoa com deficiência 31

A IMPORTÂNCIA DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC) 32

NA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A VALIDADE DOS CONTRATOS CELEBRADOS POR PESSOA COM DEFICIÊNCIA MENTAL 34

ACESSIBILIDADE ATITUDINAL: O QUE É NECESSÁRIO PARA QUE A PESSOA COM DEFICIÊNCIA SEJA RESPEITADA APÓS A ASSIDANATURA DOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS PESSOA COM DEFICIENCIA 36

ELUCUBRAÇÕES SOBRE OS DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: ALÉM DA LETRA DA LEI 38

O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (LEI 13.146/2015) E AS NOVAS CONCEPÇÕES SOBRE CAPACIDADE: UMA ANÁLISE À LUZ DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA 40

O INSTITUTO CONTADOR DE HISTÓRIAS 42

OS DILEMAS ENFRENTADOS PELOS PROFISSIONAIS DEFICIENTES FÍSICOS DURANTE O PERÍODO DO LABOR 44

SAÚDE MENTAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE 46

ARÉA TEMÁTICA: Políticas públicas para inclusão da pessoa com deficiência, mobilidade urbana e trabalho rural 48

A ACESSIBILIDADE EM ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE SOB A ÓTICA DA RDC 50/2002 49

A EFETIVIDADE DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NO MERCADO DE TRABALHO NO MUNICÍPIO DE IRECÊ – BAHIA 50

ACESSIBILIDADE EM UMA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO INTERIOR DA BAHIA 52

CONSTRUÇÕES RURAIS E A ACESSIBILIDADE 54

CONTEXTO ESCOLAR E POLÍTICAS PÚBLICAS NA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA 55

MERCADO DE TRABALHO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA 56

NOVA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL: antinomias jurídico-pedagógicas do decreto n. 10.502 de 2020 57

A IMPORTÂNCIA DA REDE DE CUIDADOS PARA PROMOVER MELHOR ASSISTÊNCIA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA 59

SERVIÇOS DE HOME CARE PARA PACIENTES COM DOENÇAS CRÔNICAS E PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA 61

ÁREA TEMÁTICA: Saberes e práticas para inclusão da pessoa com deficiência 63

A ACESSIBILIDADE TEM LUGAR NA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA: um relato de experiência a partir de um estágio em Psicologia Organizacional e do Trabalho 64

A EXCLUSÃO SOCIAL DOS USUÁRIOS DE PSICOTRÓPICOS 65

A POSSÍVEL INOBSERVÂNCIA DAS COTAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NAS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS 67

A TECNOLOGIA ASSISTIVA COMO MEIO DE INCLUSÃO DE DEFICIENTE VISUAL: REFLEXÕES A PARTIR DO ENSINO SUPERIOR 69

ACESSIBILIDADE COMO PARAMETRO PARA PERMANÊNCIA DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS NA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR. 71

ADEVIR: LOCUS DE INCLUSÃO SOCIAL E LUTA PELA PROMOÇÃO DE DIREITOS HUMANOS DOS DEFICIENTES VISUAIS NO TERRITÓRIO DE IRECÊ 73

ADEVIR: TRIBUNA QUE POSSIBILITOU VEZ, VOZ E VIDA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA VUSUAL DA REGIÃO DE IRECÊ 74

ANÁLISE DAS INTERVENÇÕES DE ENFERMAGEM APLICADAS FRENTE AO QUADRO CLÍNICO DE FIBROSE CÍSTICA. 76

AS POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO SUPERIOR 77

ASSISTÊNCIA DE ENFERMGEM PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA 79

ASSISTIR: OS DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A INCLUSÃO DOS SURDOS NO TERRITÓRIO DE IRECÊ 81

ASSOCIAÇÃO DE DEFICIENTES VISUAIS DE IRECÊ (ADEVIR): RELATO DE PRÁTICA DE ESTÁGIO BÁSICO I 83

AUTISMO E APRENDIZAGEM COMPORTAMENTAL: UM RELATO DE 85

EXPERIÊNCIA SOB A ÓTICA DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO

CONTRIBUIÇÃO DA ODONTOLOGIA NO PAPEL DE RESSOCIALIZAÇÃO NO HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO DE SALVADOR: Relato de Experiência 87

CONTRIBUIÇÕES DA NEUROPSICOLOGIA PARA A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TDAH 89

ESTRATÉGIAS DE ENSINO UTILIZADAS POR PROFESSORAS DE SALA REGULAR, COM ALUNO DIAGNOSTICADO NO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA 91

EXPERIÊNCIAS DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE DE HOSPITAL UNIVERSITÁRIO AO ATENDER PESSOAS SURDAS 93

IMPACTOS AOS IDOSOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA PANDEMIA PELO COVID-19 95

IMPLICAÇÕES DA ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA ESCOLAR NO PROCESSO INCLUSIVO DE PESSOAS COM TEA 97

POSSÍVEIS INTERVENÇÕES DO PSICÓLOGO EDUCACIONAL FRENTE AOS DESAFIOS DO FRACASSO ESCOLAR DE CRIANÇAS AUTISTAS 99

O ESTÁGIO BÁSICO ENQUANTO OPORTUNIDADE DE ACOLHIMENTO DA PESSOA COM SÍNDROME DE DOWN 100

O PROCESSO DE DESCOBRIR-SE UMA PESSOA SURDA: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS 102

O SUICÍDIO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NA PERSPECTIVA FENOMENOLÓGICA EXISTENCIAL 104

OBRIGATORIEDADE DE ACESSIBILIDADE NOS SITIOS DA INTERNET X EFETIVIDADE 106

OS SUJEITOS COM DEFICIÊNCIA E TRANSTORNOS MENTAIS ACOMETIDOS PELO PRECONCEITO SOCIAL 108

PANDEMIA DA COVID19: REFLEXÕES AOS DIFERENTES CICLOS DE VIDA COM ENFOQUE NA SAÚDE DO IDOSO DEFICIENTE AUDITIVO 110

REFLEXÕES SOBRE A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NA EDUCAÇÃO DAS PESSOAS SURDAS À LUZ DO DECRETO Nº 5626/05 111

SOBRE O DIREITO DE FALAR E SER OUVIDO: A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO DEFICIENTE INTELECTUAL A PARTIR DE SEU PRÓPRIO RELATO 113

APRESENTAÇÃO

O Congresso Multidisciplinar da Faculdade Irecê (FAI) surge como alternativa para unir diferentes formações acadêmicas, profissionais e a sociedade na perspectiva de discutir, debater e apresentar estudos com temas relevantes para a sociedade de Irecê e Microrregião.

Nesse sentido, o II Congresso Multidisciplinar da FAI teve como tema central: “Inclusão da pessoa com deficiência”, o qual envolveu todos os cursos da FAI e a sociedade, com temas comuns e específicos, divulgando e discutindo as conquistas históricas na perspectiva dos direitos humanos da pessoa com deficiência, através de políticas públicas, projetos educacionais e relatos de experiência.

O evento aconteceu nos dias 29, 30 e 31 de outubro/2020. Os minicursos foram realizados nos dias 30 e 31, distribuídos nos turnos manhã e tarde. As apresentações de trabalhos foram realizadas no dia 29 nos turnos manhã e tarde e nos dias 29 e 30 a noite foram realizadas conferências com professores e autoridades convidados. Toda a programação foi realizada de forma online através da plataforma Zoom, Doity Play e Youtube devido à situação de pandemia.

Os eixos temáticos para submissão, apresentação e publicação dos trabalhos foram:

- Ensino, Pesquisa e Extensão para inclusão da pessoa com deficiência.
- Perspectivas históricas, avanços e desafios dos direitos humanos da pessoa com deficiência.
- Políticas públicas para inclusão da pessoa com deficiência, mobilidade urbana e trabalho rural.

Saberes e práticas para inclusão da pessoa com deficiência.

ÁREA TEMÁTICA:

Ensino, Pesquisa e Extensão para inclusão da pessoa com deficiência

A COMPREENSÃO DO PACIENTE COM OSTOMIA COMO DEFICIENTE

Jackson Miguel Passos Aragão[1];Ana Cristina Rosa da Silva[1]; Kelle Karolina Ariane Ferreira Alves[1]

[1]Faculdade Irecê (FAI)

Introdução:A deficiência é considera toda perda ou anormalidade de uma determinada estrutura ou função, sendo ela, fisiológica, psicológica ou anatômica que traga para o individuo a incapacidade de realizar com desempenho atividades do seu cotidiano, pode se apresentar de várias formas,como por exemplo, a ostomiaqueé um procedimento cirúrgico onde se realiza uma exteriorização, ou seja, uma incisão artificial entre os órgãos internos com o meio externo, dessa forma, as pessoas estomizadas/ostomizados são declaradas por lei como Pessoas com Deficiência (PcD). Entretanto, é de suma importância proporcionar de forma igualitária os direitos e liberdades para Pessoas com Deficiência, incluindo os ostomizados, objetivando á sua inclusão social e de cidadania. **Objetivos:** Compreender a ostomia como deficiência e seus direitos de acordo com a legislação vigente. **Métodos:** Trata-se de uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo, realizado na base de dados BVS (Biblioteca Virtual de Saúde) Scielo (*ScientificEletronic Library Online),* através dos seguintes descritores: Estoma, Defesa das Pessoas com Deficiência e Politicas Públicas cruzados com o auxilio do operado rbooleanoAND, foram selecionados 3 artigos com publicações entre os anos de 2016 a 2020, que são de acordo com o tema proposto, incluindo nessa pesquisa 01 portaria, 01 decreto, 01 lei federal. **Resultados:** A colostomia, ileostomia, urostomia, gastrostomia e traqueostomia, são realizados em indivíduos que por problemas de saúde ou acidentes acabam precisando de intervenções, cujo, objetivo é confeccionar um canal alternativo em seu corpo, chamado estoma, que auxilia na evacuação de fezes e urina ou auxilia na alimentação e na respiração do individuo podendo ser de maneira permanente ou temporária aliviando as condições de saúde. A Associação Brasileira de ostomizados (ABRASO) relata que existem no Brasil mais de 80 mil ostomizados. A Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, dispõe sobre inclusão da Pessoa com Deficiência, cita em seu artigo 8° que é dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, já a portaria n° 400/2009 dispõe a garantia ás pessoas ostomizadas uma atenção integral e humanizada á saúde, através de intervenções especializadas de forma interdisciplinar, por meio de uma tendimento de qualidade dos processos de atenção que incluem prescrição,

fornecimento e adequação de equipamentos coletores e adjuvantes de proteção e segurança.**Conclusões**: A partir desses resultados podemos concluir queé de suma importância assegurar os direitos de forma humanitária e integral a pessoas ostomizadas podendo assim, proporcionar sua inclusão perante a cidadania.

Palavras-chave: Estoma; Defesa das Pessoas com Deficiência; Políticas Públicas.

A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NA FORMAÇÃO ACADÊMICA DE ENFERMEIROS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Lara Milena Souza Ramos[1];Larissa de Vasconcelos Barros[1]; Maria do Carmo Barbosa[1]; Renata da Silva Alves[1]; Vanessa Santos Oliveira[1]; Kelle Karolina Ariane Ferreira Alves[2]; Marcos Vinícius Oliveira Carneiro[1]; Nadja Shirley Andrade Cavalcante[1].

[1] Faculdade Irecê - FAI

Introdução: Dado a sua importância, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi oficializada como língua através da Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que a reconhece como meio legal de comunicação de comunidades de pessoas surdas do Brasil. Não obstante, apesar da Unidade Básica de Saúde da Famíliaatuar como porta de entrada para os serviços de saúde, existe um déficit na qualidade do atendimento às pessoas surdas, visto à inacessibilidade do ambiente e o despreparo profissional. **Objetivos:** Relatar as experiências vivenciadas por discentes de enfermagem no projeto saúde em Libras. **Métodos:** Trata-se de um relato de experiência acerca da vivência de acadêmicas de enfermagem na elaboração e desenvolvimento de estratégias de educação em saúde através de uma atividade intitulada “Projeto Saúde em Libras da FAI”, realizada no segundo semestre de 2017. A princípio, foi elaborado um plano sobre os instrumentos metodológicos que compuseram as ações, a saber, a filmagem de vídeos educativos em Libras, a criação de uma página em uma rede social com o intuito de disseminar as gravações para o público, elaboração de folders didáticos, bem como a confecção de um painel autoexplicativo e posterior intervenção em uma Unidade Básica de Saúde da família. **Resultados:**As ações de educação em saúde, no que tange a disseminação da importância da Libras na formação acadêmica de enfermeiros, se mostrou extremamente necessária, uma vez que proporcionou o conhecimento básico para garantir uma assistência eficaz e de qualidade para a pessoa com deficiência auditiva.**Conclusões:**As intervenções desenvolvidas validaram a importância da realização de práticas educativas em saúde no âmbito da unidade básica, visando uma melhoria do cuidado e assegurando uma assistência integrada e contínua para a pessoa com surdez.

Palavras-chave: Educação em Saúde. Enfermeira e Enfermeiro. Deficiência auditiva.

ACESSIBILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E OS TRATORES AGRÍCOLAS

Torquato Martins de Andrade Neto[1]; Almerindo Barreto de Almeida Neto[1]; Dyego Pimenta Oliveira[1] Ingryd Loiola Franco[1] João Anísio Dourado Mendes[1]

[1]FAI – Faculdade de Irecê

Introdução: O Brasil apresenta mais de cinco milhões de estabelecimentos rurais e cerca de 351 milhões de hectares cultivados (IBGE, 2017). Nesse contexto, são vendidos em média cerca de 45 mil tratores por ano. Este é o raio-x da agricultura brasileira em termos de importância econômica e de volume de maquinário. E é por isso que pensar no tema inclusão nesse seguimento é de extrema importância. A pessoa que nasce com uma deficiência física no meio rural e o trabalhador que sofre algum tipo de acidente que retira parte de sua mobilidade, geralmente tem remotas possibilidades de trabalho. Na maioria dos casos o operador de máquinas está condenado a trocar de área de trabalho ou se aposentar. **Objetivo:**Mostrar a possibilidade de acessibilidade e recolocação do trabalhador com limitações físicas na operação de tratores por meio da tecnologia do Dispositivo Poltrona Móvel(DPM).**Metodologia**: As observações foram realizadas durante o período de 2016 a 2018, em eventos de treinamentos realizados no estado da Bahia em grandes fazendas (Agronegócio) e em áreas de agricultura familiar, através do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR).A tecnologia do Dispositivo Poltrona Móvel(DPM), a princípio desenvolvida para o transporte coletivo, possibilita o acesso de pessoas com deficiência ao trator agrícola**. Resultados e Discussão:** Afinal, é fato que hoje quase todo processo produtivo realizado no meio rural é feito por máquinas, e é percebido que a grande esmagadora maioria dos acidentes no trabalho ocorridos com tratores e máquinas se deu pela falta de treinamento básico em manutenção e operação segura dos equipamentos (NR31). Boa parte dos acidentes que ocorreram geram um grande número de operadores mutilados que são afastados temporariamente ou definitivamente. Esses operadores foram aposentados ou recolocados em outras funções na empresa rural, em alguns casos, a tecnologia do dispositivo poltrona móvel tem apresentado bons resultados na acessibilidade aos tratores agrícolas para as pessoas com dificuldade de locomoção. No entanto, é preciso pensar que em alguns casos melhorias de acessibilidade nas máquinas podem promover o retorno do operador a sua função anterior. **Os avanços tecnológicos têm permitido autonomia aos portadores de necessidades especiais.** Além disso, a melhor acessibilidade possibilita que algumas pessoas que nasceram com necessidades especiais, possam desempenhar uma função que antes nem imaginavam que podiam. **Conclusões**:O que era quase impossível de fazer com as plataformas, que ocupam muito espaço, foi adaptado à máquina agrícola e pode garantir total autonomia para o operador com deficiência física. A integração social e profissional das pessoas com deficiência

representa uma grande conquista, pois nada mais é do que o resgate da cidadania desses indivíduos.

Palavras-chave: Tratores;DPM; Acessibilidade.

ASPECTOS FARMACOEPIDEMIOLÓGICOS ASSOCIADOSA OTOTOXICIDADE INDUZIDA POR AMINOGLICOSÍDEOS NA INFÂNCIA: UMA REVISÃO

Ediléia Miranda de Souza Ferreira[1]Icaro da Silva Freitas[1]; Thays Matias dos Santos; Lara Souza Pereira[1]MorgannaThinesca Almeida Silva[2]

[1] Discentes do Curso Bacharelado em Farmácia da Faculdade Irecê – FAI; [2] Docente da Faculdade Irecê – FAI.

Introdução: Ototoxicidade é um dano causado por agentes que induzem lesões no sistema auditivo ou vestibular que podem levar o indivíduo a surdez parcial ou total. Alguns fármacos são capazes de gerar danos ao aparelho auditivo, entre eles os aminoglicosídeos (AG), sendo a causa de surdez em crianças de diferentes idades. **Objetivos:** Elucidar as principais implicações da ototoxicidade induzida por AG na infância sob a óptica da farmacoepidemiologia. **Métodos:** Esse trabalho consiste-se em uma revisão integrativa de literatura de caráter qualitativo e descritivo, para a qual foi realizada uma pesquisa em um recorte temporal de 5 anos,utilizando as bases de dados de pesquisa acadêmica como Pubmed, Scielo, BIREME e ScienceDirect, para tanto, os descritores “Aminoglycosides”; “Ototoxicity”; “Children” isolados e/ou em combinação. Foram selecionados para construção da revisão 20 artigos no idioma inglês e portuguêsde um total de 133presentes em periódicosindexados nessas bases de dados,foram selecionados àqueles que traziam estudos farmacoepidemiológicos que evidenciassem a correlação entre a surdez em crianças como efeito adverso à AG, além disso, boletins epidemiológicos foram elencados à pesquisa **Resultados**: A surdez na infância ocorre por diversos fatores, sendo que muitos permanecem desconhecidos, entretanto, acredita-se que medicamentos utilizados para o controle de infecções bacterianas (comuns na infância), como é o caso dos AG podem ser a causa da perda neuroauditiva em neonatos ou crianças, sendo que estudosfarmacoepidemiológicos retrospectivos de coorte, randomizados e observacionais realizados em hospitais com número considerável de indivíduos recém nascidos e com até 10 anos de idade, entre 2015 e 2018, evidenciaram que o aumento da dose ou uso prolongado de AG isoladamente ou em combinação com outros fatores podem levar surdez total ou parcial. A perda auditiva na maioria dos estudos foi mensurada através de triagens audiológicas, sendo observado que os pacientes analisados possuíam histórico de utilização ou faziam uso de AG para o tratamento de alguma infecção. Na prática clínica, os principais medicamentos em que foram relatadas ototoxicidadeuni ou bilaterial da audição em crianças foram a gentamicina e tobramicina, considerados vestibulotóxicas, enquanto a estreptomicina, amicacina, neomicina, canamicina são as possíveis causas de lesões cocleares, as crianças que faziam uso prolongado ou em altas desses medicamentos demonstraram perda auditiva leve ou significativa, sendo que o uso de antineoplásicos contendo platina, medicamentos anti-hipertensivos diuréticos e exposição a barulhos parecem contribuir para surdez

nessa população.**Conclusões:**A perda da audição na infância pode ter implicações biopsicossociais críticas para o indivíduo em formação, comprometendo o processo de comunicação, o aprendizado e as relações interpessoais, sob essa perspectiva, a perda auditiva em virtude da utilização de AG representa um problema de saúde pública e reitera-se a importância do uso correto de antibióticos e o papel do farmacêutico na detecção, prevenção e resolução dos problemas relacionados aos medicamentosdessa classe.

Palavras-chave: Aminoglicosídeos; Ototoxicidade; Farmacoepidemiologia.

ATENDIMENTO INTEGRAL A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Larissa de Vasconcelos Barros[1];Lara Milena Souza Ramos[1]; Renata da Silva Alves[1]; Taíse Santos Rocha[1].

[1] Faculdade Irecê - FAI

Introdução: De acordo com a Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência, instituída pela Portaria nº 1.060, de 05 de junho de 2002, a assistência a essas pessoas deve-se pautar no pressuposto de que as mesmas além da necessidade de atenção em decorrência da sua própria condição, são pessoas que podem ser acometidas por outros agravos, necessitando do uso dos serviços de saúde. Dessa forma, o atendimento a pessoa com deficiência deverá ser assegurado de forma integral, respeitando as especificidades de cada caso. **Objetivos:**Apresentar uma síntese das produções científicas acerca do atendimento integral a pessoa com deficiência na atenção primária à saúde.**Métodos:**Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizada no mês de setembro de 2020. Para tanto, os artigos foram selecionados nas seguintes bases de dados: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e*Scientific Electronic Library Online*(Scielo), utilizando os descritores: Atenção Primária à Saúde, Pessoas com Deficiência e Acesso aos Serviços de Saúde, consultados na plataforma Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e intermediados pelo operador booleano “AND”. Após obtenção dos resultados, optou-se por incluir 6 publicações para a presente revisão.**Resultados:**Observou-se que apesar das políticas e programas implementados visando à atenção integral desse segmento, essa realidade ainda se configura em um desafio, tendo em vista o despreparo dos profissionais de saúde para o reconhecimento das suas demandas específicas. Não obstante, o atendimento integral a pessoa com deficiência propõe em sua magnitude, a inclusão social desses indivíduos, sendo o acolhimento e a humanização aspectos indispensáveis para o alcance dessa prática.**Conclusões:**Percebeu-se, portanto, a inexistência de serviços públicos eficazes e de qualidade, no que tange a assistência integral ofertada as pessoas com deficiência, nesse sentido, ressalta-se a importância da educação permanente como estratégia para a construção de um cuidado integralizado no âmbito da Atenção Básica.

Palavras-chave: Atenção Primária à Saúde; Pessoas com deficiência; Acesso aos Serviços de Saúde.

DESAFIO NA COMUNICAÇÃO POR PROFISSIONAIS NA ORIENTAÇÃO DE HIGIENE ORAL PARA DEFICIENTES AUDITIVOS

Stéfane Carvalho Oliveira Machado[1];Romário Mendes Miranda[2]; Vanderlan Souza Santos[3]; KawanyRecífene Batista Matias[4]; Simone Carneiro de Santana[5]; Isabella Guedes da Rocha[6];Marla Sobral de Souza[7]; RayssaKamila Gonçalves Soares[8]

[1]União Metropolitana de Educação e Cultura (UNIME)

[2]Centro Universitário Regional do Brasil (UNIRB)

[3]Unidade de Ensino Superior de Feira de Santana (UNEF)

[4]Unidade de Ensino Superior de Feira de Santana (UNEF)

[5]Unidade de Ensino Superior de Feira de Santana (UNEF)

[6]Unidade de Ensino Superior de Feira de Santana (UNEF)

[7]Unidade de Ensino Superior de Feira de Santana (UNEF)

[8]Centro Universitário Regional do Brasil (UNIRB)

Introdução: Grande parte do grupo de surdos e deficientes auditivos utiliza a língua de sinais para se comunicar, porém a grande maioria dos profissionais de Odontologia não tem domínio desta forma de comunicação. Para o atendimento odontológico é necessário que haja uma boa comunicação entre o profissional e seu paciente, seja para saber qual a necessidade que o levou a buscar o atendimento, para a coleta de informações acerca de dados sobre sua saúde geral que possam influenciar no tratamento ou, ainda, para conseguir a adesão a orientações passadas e para explicar os procedimentos que serão realizados. **Objetivo:** Este trabalho pretende discutir sobre a importância de comunicação para o sucesso do atendimento odontológico, destacando a necessidade dos profissionais de odontologia ter conhecimento sobre a língua utilizada pelos portadores de surdez.**Método:** Realizou-se uma revisão de literatura com o auxílio das bibliotecas de saúde como: SCIELO e GOOGLE ACADÊMICO.Os descritores foram obtidos considerando artigos publicados nos últimos oito anos. **Resultado:** Pode-se observar que o medo e ansiedade com relação à visita ao dentista são comuns entre a comunidade surda. Foi observado, que a linguagem escrita pode ser utilizada para auxiliar a comunicação nos casos em que o paciente surdo é alfabetizado em português, mas pode ser motivo de constrangimento se esse não sabe ler ou escrever, remover máscaras enquanto fala, ajuda de um acompanhante para se comunicar com gestos e expressões.**Conclusão:** Diante disso, notamos a necessidade de capacitação dos dentistas em línguas de sinais e princípios de comunicação com o deficiente auditivo, aprimorando a relação entre pacientes e

profissionais, podendo fazer com que a qualidade do atendimento prestado seja questionada, além de influenciar o diagnóstico e o tratamento.

Palavras-chave: Deficiente auditivo; Odontologia ; Comunicação não verbal.

DIFICULDADES ENCONTRADAS NA ASISTÊNCIA EM UNIDADE DE EMERGÊNCIA AOS CLIENTES COM SURDEZ

Adriano Da Silva Borges[1]; Eveline Souza Da Silva[1]; Edilson Da Silva Pereira Filho[1]; Kelle Karolina Ariane Ferreira Alves[1]; Cíntia Ferreira Amorim[1]; Lívia Dourado Leite[1]; José Eduardo Teles de Andrade[1.]

[1] Faculdade Irecê (FAI)

Introdução: O manejo em emergência é um processo que necessita de agilidade, investigação cuidadosa, e comunicação para tomada de decisão, neste sentido, clientes que apresentam surdez ou baixa acuidade auditiva são desafios para um atendimento qualificado e que atenda às diretrizes do SUS, as quais direcionam todos os usuários no sistema. Pensando nessa perspectiva, foram criadas, em 2002, as diretrizes da política nacional de saúde da pessoa com deficiência, sendo elas: assistência integral à saúde; organização e funcionamento dos serviços de atenção à pessoa com deficiência e a capacitação de recursos humanos, assim fortalecendo as boas práticas na prestação de serviços à pessoa com deficiência. Em 2010, o IBGE estimou que 23,9% da população nacional tem algum tipo de deficiência, sendo que destes, 5,1% possuem surdez. **Objetivo:** Descrever as principais dificuldades encontradas na assistência em unidade de emergência aos clientes com surdez. **Métodos:** Trata-se de uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa, foram realizadas buscas na National library of medicine,(pubmed) scientific electronic library, (Scielo) para isso utilizado os deCS e meSh em suas respectivas bases, Serviço médico de emergência; Emergency medical services; surdez; Deafness; Direitos á saúde; Right to health. Foi utilizado um recorte temporal de 2010 a 2020 e correlacionando com o tema proposto foram encontrados 6 artigos, além de 1 portaria e 2 decretos. Foram excluídos todos os artigos que não tratavam da assistência ao cliente surdo na área da saúde.**Resultados:** A interação com o paciente com surdez é um desafio sistemático no atendimento a essa população que já encontra desigualdades histórias na sociedade. A barreira comunicacional dificulta o desenvolvimento de cuidados nos mais diversos níveis de atenção à saúde e em especial em uma emergência, onde se necessita de cuidados rápidos e direcionados à estabilização hemodinâmica, e correlacionar a clínica com os sintomas apresentados para obtenção de resultados satisfatórios. Outros pontos sensíveis é a falta de aparelhos de amplificação sonora durante os atendimentos para clientes com baixa acuidade auditiva, falta de capacitação dos profissionais, principalmente no aprendizado em LIBRAS, pois grande parte dos profissionais desconhece essa linguagem, e estimulo a educação em LIBRAS para a pessoa com surdez. Dessa maneira, sabe-se que toda pessoa possui o direito da atenção à saúde, e partindo desse direito constitucional entende-se que, para facilitar o processo de trabalho com esse público, e esse direito seja garantido é necessário capacitar a equipe em LIBRAS, avaliar as necessidades do cliente no momento do

acolhimento com classificação de risco, além de formular e implantar protocolos de atendimento que abranjam as necessidades da pessoa com surdez. **Conclusões:**Considerando as limitações do atendimento ao deficiente auditivo, espera-se que politicas públicas na área da saúde sejam implementadas, visto ser um direito da pessoa surda, e a formulação de protocolos direcionados a este atendimento.

Palavras-chave: Serviço médico de emergência; surdez; direitos à saúde.

ESTRATÉGIAS NA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM A CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTECTUAL NA ATENÇÃO BÁSICA

Eveline Souza Da Silva[1]; Adriano Da Silva Borges[1]; Kelle Karolina Ariane Ferreira Alves[1];

[1]Faculdade Irecê (FAI)

Introdução:A assistência de enfermagem com metodologias cientificas implementada na prática assistencial, promove maior segurança aos pacientes, melhora da qualidade da assistência e maior autonomia aos profissionais de enfermagem. Em 2013 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística estimou que 6,2% da população tem algum tipo de deficiência, e cerca de 1,4% sofrem de deficiência intelectual, no Brasil a portaria Nº 793 de 2012, assegura às pessoas com deficiência, por meio da criação, ampliação e articulação de pontos de atenção à saúde para pessoas com deficiência temporária ou permanente, no âmbito do Sistema Único de Saúde. Onde se garanta o acesso e de qualidade dos serviços, ofertando cuidado integral e assistência multiprofissional, cuidado humanizado e centrado nas necessidades das pessoas. **Objetivo:**Descrever as estratégias e assistência de enfermagem frente a crianças com deficiência intelectual.**Métodos:**Trata-se de uma revisão bibliográfica integrativa de abordagem qualitativa, realizada nas bases de indexação *ScientificElectronic Library Online* e *National Center for BiotechnologyInformation*, utilizando como descritores: Assistência de enfermagem; Deficiência Intelectual; Atenção básica. Foi utilizado um recorte temporal de 2010 a 2020 e selecionados 15 artigos, 2 livros e 1 portaria federalque inclui a temática deficiência intelectual. **Resultados:**O enfermeiro deve prestar cuidados equitativos, com a intenção de tornar os pacientes independentes em cuidar de si mesmos, e seus cuidados devem englobar condições associadas como epilepsia, paralisia cerebral, transtornos de ansiedade, e sua etiologia que pode ser de fatores genéticos como a síndrome de Down ou ambientais como abuso de drogas durante a gestação, pois possuem maior probabilidade de possuírem outros transtornos psiquiátricos como transtorno de déficit de atenção, transtorno do espectro autista e depressão, o tratamento da DI não consiste em cura mas em promoção de qualidade de vida e em minimizar os riscos e danos, proporcionando segurança ao paciente e apoio a família, o diagnóstico das comorbidades associadas são decisivas para a escolha do tratamento. O enfermeiro deve estabelecer vínculo direto com o paciente e sua família com dialogo claro e objetivo com ambos para melhor compreensão da figura do paciente e seu cuidador, solicitar apoio da rede através do NASF e CAPS, alertar ao familiar responsável sobre a desordem comportamental comum desta deficiência, necessidade de supervisão dos medicamentos, estimular atividades cotidianas, aconselhamento psicológico regular, e a necessidade de evitar a violência domiciliar.**Conclusões:**É percebível a falta de políticas públicas e pesquisas voltadas para a deficiência

intelectual, sempre alocando-a com as demais deficiências ou comorbidades associadas, enfraquecendo a base de evidencias cientificas, podendo ser atrelada ao despreparo governamental ao manejar a DI, que em seu processo histórico sempre esteve invisível devido aos preconceitos e discriminação social, e para promover a mudança dessa realidade, se faz necessário incentivar pesquisas e capacitações aos profissionais na atenção básica para melhoria da assistência de enfermagem e promoção de qualidade de vida.

Palavras-chave: Assistência de enfermagem; Deficiência Intelectual; Atenção básica.

NECESSIDADE DA INSERÇÃO DA LÍNGA BRASILERA DE SINAIS NA GRADE CURRICULAR DE ENFERMAGEM

Liliane Machado Ferreira[1]; Brenda da Rocha Carvalho[1]; Kelle Karolina Ariane Alves Ferreira[1];

[1]Faculdade Irecê (FAI)

Introdução: No processo de trabalho de enfermagem, assim como em todas as relações, a comunicação apresenta-se como uma ferramenta imprescindível na qualidade da assistência prestada à pessoa, família e coletividade, bem como para o desenvolvimento de um trabalho de qualidade entre a equipe. A vista disso, a comunicação pode ser compreendida através da linguagem verbal que utiliza a pronúncia de palavras e a linguagem não verbal que são utilizados outros mecanismos para estabelecer a comunicação em determinadas situações, exemplo disso é a linguagem brasileira de sinais (libras), utilizada pelos deficientes auditivos. **Objetivos:**Descrever a necessidade da inserção da língua brasileira de sinais na grade curricular de enfermagem.**Métodos:** Trata-se de uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa, realizada na base de indexação Scielo (Scientific Eletronic Library Online), utilizando como descritores: Libras, Enfermagem e Atenção à Saúde, de maneira dissociada e em conjunto através do operador booleano AND, os artigos selecionados possuem publicação entre os anos 2017 a 2020, sendo 06 artigos selecionados para leitura e análise, os critérios de inclusão foram 03 publicações dos últimos 05 anos, cujo conteúdo trouxesse um enfoque a dificuldade de comunicação entre o deficiente auditivo e surdo com os profissionais nos serviços de saúde e os critérios de exclusão foram 03 publicações que não possuíam relevância para o tema. **Resultados:** A qualidade da assistência prestada ao usuário dentro do serviço de saúde, independente do seu nível de atenção, é fundamental na determinação da hipótese diagnóstica e plano terapêutico. Nesse processo a anamnese e exame físico são essenciais, sendo necessária uma comunicação efetiva nessas etapas, pois a falha na comunicação aumenta a probabilidade de erros, e essa ferramenta imprescindível na grande maioria das vezes está limitadano atendimento de pessoas surdas ou deficientes auditivos. A comunidade surda e deficiente auditiva, por ser um percentual minoritário na população, convive com dificuldades no acesso à saúde, devido os obstáculos enfrentados na acessibilidade, isso contribui com a diminuição da sua procura nos serviços de saúde, que muitas vezes referem medo, desconfiança insatisfação e frustração. Nessa perspectiva o enfermeiro enfrenta no seu cotidiano inúmeros desafios na assistência direta a essa clientela,essa dificuldade está diretamente a falha na comunicação advinda da falta de preparo do profissional, o que promove automaticamente o distanciamento no processo de inclusão desses, associado ao baixo conhecimento do surdo em relação ao processo saúde-doença.Dessa forma entende-se que o enfermeiro quando habilitado e com conhecimento pode realizar uma melhor

assistência.**Conclusões:**Visando garantir o livre acesso do surdo em serviços de saúde,de modo que o mesmo possa se expressar e ser compreendido é necessário que haja a oferta do componente curricular libras na comunidade acadêmica, em especial na formação de enfermeiros, pois os mesmos estarão na linha de frente em muitos serviços, e essa inserção visa melhoria na acessibilidade e atendimento igualitário do indivíduo surdo no sistema único de saúde (SUS) e a inserção do mesmo dentro do princípio da equidade.

Palavras-chave: Libras, enfermagem, atenção à saúde.

O PSICÓLOGO DIANTE DO ATENDIMENTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Marcella Dourado Souza Silva[1]; Claudilson Souza dos Santos[2]; Cris Labelle Dourado Rocha[1] Kananda Pereira Pimenta[1].

[1]Discente do 9º Semestre do Curso de Psicologia da Faculdade Irecê – FAI;

[2]Docente da Faculdade Irecê – FAI;

Introdução: Uma nova corrente de pensamento psicológico tem lançado olhares para os mais variados contextos de atuação do psicólogo, fruto das novas demandas apresentadas pela sociedade, dentre elas o atendimento psicológico à pessoa com deficiência intelectual, transtorno que no DSM-V (APA, 2014), se configura com início no período do desenvolvimento humano, incluindo déficits funcionais nos aspectos intelectuais e adaptativos, os quais abrangem os domínios conceitual, social e prático. Neste sentido, as pessoas com deficiência intelectual, carecem em muitas situações, de atendimento especializado, o que coloca ao psicólogo uma necessidade de maior preparo frente ao atendimento específico, vez que os desafios e as complexidades são grandiosas. **Objetivo:** Discutir sobre a atuação do psicólogo no atendimento à pessoa com deficiência intelectual. **Métodos:** Este trabalho parte dos estudos bibliográficos, numa abordagem qualitativa e exploratória, com buscas de artigos compreendidos entre 2013 a 2018, disponíveis nas bases de dados: Scielo e Pepsic, cuja seleção obedeceu aos critérios de inclusão e exclusão, por meio de filtragem a partir dos operadores booleanos. **Resultados:** Os resultados encontrados a partir dessa pesquisa dão conta que as pessoas com deficiência intelectual têm o prejuízo em funções referentes ao raciocínio, solução de problemas, aprendizagem, comunicação, vida independente, entre outros. Desse modo, a atuação do psicólogo neste contexto deve ser pautada de acordo com o meio no qual o sujeito está inserido, sucedendo-se a intervenção junto à pessoa em situação de deficiência e ao grupo que está inserida, fornecendo essencialmente suporte aos familiares. Além disso, é importante que a atuação do psicólogo seja aliada a outras áreas, a exemplo da educação, a qual pode atuar a partir das habilidades sociais e fazer encaminhamentos para outros profissionais, caso necessário; além de fornecer subsídios frente aos planejamentos de atividades e ensino dos professores, bem como treinamento dos profissionais da instituição. O psicólogo pode ainda fazer acompanhamentos do usuário em consultas de rotina, desenvolver ações terapêuticas e sócioeducacionais, dentre outras. Ademais, é necessário frisar que é preciso abordar essas questões no período da infância para que seja construído um repertório de habilidades fundamentais, ação que requer a participação estreita da família, a qual junto ao profissional tenha conhecimentos satisfatórios sobre a deficiência, visando atender as necessidades do indivíduo, de modo a promover sua

qualidade de vida. **Conclusões:** Por fim, mesmo diante das limitações destes estudos, constata-se a existência de avanços na preparação de psicólogos com vistas ao atendimento de pessoas com deficiência intelectual. Para tanto, este profissional necessita buscar novas aprendizagens, a fim de proporcionar um atendimento adequado a estes sujeitos, numa perspectiva de contribuir com sua inclusão social.

Palavras-chave: Psicólogo; Deficiência intelectual; Intervenção Psicológica.

O USO DE NOVASMATRIZES PARA A PRODUÇÃO DE ÓRTESES E PRÓTESESE SEUS REFLEXOS NA INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UMA REVISÃO

VITÓRIA LARISSA ALVES VAZ[1];; MAURO MÁRCIO MARQUES DOURADO FILHO[2]; TAINARA NUNES MOTA[3];Drª. SALVANA COSTA[2].

[1] Discente da Faculdade Irecê– FAI;
[2] Docente da Faculdade Irecê-FAI.

Introdução:Nos últimos anos, a ciência e a tecnologia têm se mostrado grandes aliadas no que diz respeito às inovações em diversas áreas cotidianas, em especial, na área da saúde.Constantemente, novos equipamentos, materiais e métodos são incorporados aos serviços de saúde com finalidade tanto inclusiva quanto de promover melhorias na terapêutica dos pacientes com deficiência, dentre estas, pode se citar o emprego de órteses e próteses que são empregadas no auxilio ás pessoas que possuem alguns tipos de deficiências especificas, em especial, as físicas. **Objetivos:**o presente trabalho objetiva ampliar o conhecimento acerca das matérias-primas e tecnologias utilizadas para a produção de Órteses Próteses e Materiais Especiais (OPMEs) materiais estes empregados para melhoria da qualidade de vida dos indivíduos que convivem com alguma deficiência. **Métodos**: A pesquisa caracterizou-se como uma de revisão de literatura qualitativa, com base na análise de artigos selecionados em plataformas virtuais, como o PubMed, o LILACS e o SciELO, com Qualis A a B3 fornecido pela Plataforma Sucupira, tendo como os descritores: próteses, órteses,tecnologia, pessoas com deficiência física, amputação, acessibilidade, inclusão, matérias-primas.Foram selecionados apenas artigos publicados no período de 2000 a 2020. **Resultados:**Em meados da Idade Média, as OPMEs eram feitas com matrizespesadas que desencadeavam reações alérgicas graves, como o ferro. Como resolucao para essas problemática, tem-se buscado materiais de baixa corrosibilidade e mais anatômicos. Os materiais de origem vegetal têm sido uma excelente alternativa pois, além de serem biodegradáveis, geram fonte de renda e de novos postos de trabalho. Uma desvantagem , porém, é a absorção de umidade, algo que não ocorre com materiais sintéticos, como as fibras de vidro ou carbono, que além de resistentes são muito leve e anatômicas. Todavia, seu elevado custo de produção dificulta a acessibilidade do portador de deficiência física. Uma boa opção é o desenvolvimento de compósitos, materiais que mesclam duas ou mais fibras, de origem vegetal ou sintética, e que apresentam elevada resistência à tensão mecânica e baixa absorção de umidade. As próteses e órteses de aço utilizam a tecnologia do enriquecimento com nitrogênio, o que as tornam inoxidáveis e que consequentemente diminui as reações alérgicas do usuário. Sobre as órteses, ressaltam-se sua alta resistência, baixa corrosibilidade e capacidade de substituir ossos parcial ou completamente. É

importante que a escolha dos materiais visem sempre garantir o conforto, segurança e praticidade pois estes fatores refletem no dia-a-dia e autoestima dos usuários. **Conclusão:**O uso da inovação tecnológica na busca por novos materiais para construção de OPMEs tem gerado benefícios na melhoria da qualidade de vida de pessoas com deficiência e acessibilidade dos produtos.

Palavras-chave: Próteses; Órteses;Matrizes; Deficiência Física;Inclusão;

PROGRAMA DE TUTORIA ESPECIAL NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB: ENXERGANDO ALÉM DOS OLHOS

Leonellea Pereira[1]

[1] Faculdade Irecê – FAI

Introdução: A educação inclusiva é um desafio em todas as suas esferas, no ensino superior não é diferente. O crescente número de estudantes com deficiências ingressando nos cursos de graduação da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB levou a instituição a criar em 2006 o Programa de Tutoria Especial. O programa visa atender estudantes com necessidades educacionais especiais e proporcionar ao aluno Tutor experiências que contribuam para o seu processo de formação, por meio da oferta de acompanhamento pedagógico individualizado aos discentes que apresentam necessidades educacionais especiais – deficiência física, mental, auditiva, visual e múltiplas. **Objetivos:** Espera-se apresentar um panorama do programa mencionado e a sua importância como política pública de inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior e um fator de transformação na trajetória de estudantes tutores. **Métodos:** Através da pesquisa bibliográfica de natureza exploratória, foram utilizados artigos científicos, documentos publicados pela UEPB e o relato de experiência desta que vos escreve, que atuou no referido programa por 03 semestres, como tutora de um estudante com deficiência visual no curso de Direito. **Resultados:** Grande parte das instituições de ensino estão despreparadas para um atendimento inclusivo a pessoas com necessidades educacionais especiais em virtude de barreiras arquitetônicas, pedagógicas, comportamentais. Com a Tutoria Especial, a UEPB reconheceu sua necessidade de buscar caminhos para tornar-se mais democrática e inclusiva. O acesso ao ensino superior já apresenta barreiras comuns, a permanência é mais uma. Se não forem oferecidas as condições necessárias para que a pessoa com deficiência possa desempenhar as tarefas acadêmicas dentro das suas possibilidades, a probabilidade de desistir do curso é imensa. Os resultados alcançados pelo programa são expressos no bom desempenho acadêmico apresentado pelos discentes atendidos em que pese ainda existam obstáculos e dificuldades impostas pelas limitações econômicas, políticas e sociais. Quanto aos tutores, é cumprida uma carga horária de 12 h/semana para auxiliar ao tutorado em tarefas pedagógicas e científicas utilizando diversos métodos: gravação de textos didáticos e de aulas para o tutorado; gravação, transcrição e digitação dos textos de autoria do próprio aluno especial; participação em encontros para estudo de conteúdos de provas; visitar à biblioteca para pesquisar bibliografia; acompanhar avaliações lendo e escrevendo para o tutorado. As atividades desempenhadas são comprovadas através de relatório mensal endereçado à Pró-Reitoria de Extensão. **Conclusões:** A garantia do acesso à educação em todos os níveis para pessoas com necessidades educacionais especiais está em muitos dispositivos legais internos e em tratados

internacionais, mas o reconhecimento formal destes direitos não fez com que a sua efetividade chegasse materialmente a todas os destinatários. Iniciativas como o Programa de Tutoria Especial da UEPB precisam ser valorizadas, aplaudidas e reproduzidas, para que as pessoas com deficiência não tenham empecilhos para alcançar uma formação em nível superior, sobretudo no ensino público. Assegura-se que experiências como esta transformam por completo a trajetória de quem receber a assistência, mas também a de quem concede. Oferecer os olhos e as mãos a quem não escreve porque não vê é uma oportunidade de aprender que se pode ver muito além do que a visão pode alcançar.

Palavras-chave: Educação Superior Inclusiva; Programa de Tutoria Especial; Universidade Estadual da Paraíba.

ÁREA TEMÁTICA:

Perspectivas históricas, avanços e desafios dos direitos humanos da pessoa com deficiência

A IMPORTÂNCIA DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC) NA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Maria Gabriella Barbosa Carneiro Araújo Silva[1], Leonellea Pereira [2]

[1] Discente da Faculdade Irecê – FAI

[2] Docente da Faculdade Irecê – FAI

Introdução:A intervenção do Estado é necessária para assegurar os direitos e garantias fundamentais apresentados na Carta Magna, pois os direitos sociais, econômicos e culturais estão positivados e precisam da ação do Estado para se fazer cumprir o que a lei determina. O art. 5º da Constituição Federal afirma: "Todos são iguais perante a lei", parafraseando Ruy Barbosa, importante jurista brasileiro, em sua obra '*Oração aos moços'*, deve-se tratar os desiguais desigualmente, na proporção das suas desigualdades: assim encontrará a regra da igualdade material. O Brasil adota a regra da igualdade apresentada por Ruy Barbosa, para atingir a todos, sem distinção, de maneira justa, com equidade. Como é possível observar na Lei Maria da Penha, cotas, licença maternidade e paternidade e assim sucessivamente. A Lei 13.146/2015 define *'deficiência'* como impeditivo de longo prazo (mínimo dois anos) físico, mental, intelectual ou sensorial que ao interagir com obstáculos impossibilita a participação plena e efetiva da pessoa na sociedade com igualdade de condições. Junto ao Estatuto da Pessoa com Deficiência, pode-se observar a importância da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) que garante a deficientes e idosos acima de 60 anos, que não possuam condições, de receber mensalmente o Benefício de Prestação Continuada, no valor de um salário mínimo. **Objetivos:**Busca-se apresentar a importância desse benefício para os deficientes que não possuem condições de desempenhar atividades laborativasnem de exercer outras funções, não por ausência de vontade, mas por entraves que impossibilitam tal ação. E aproveitando para apresentar a importância do pagamento do 13º salário e da pensão por morte para tal benefício, dessa forma, respeitando a regra da igualdade de Ruy Barbosa assegurada na Constituição Federal.**Método:**Utilizou-se a pesquisa bibliográfica e a metodologia exploratória para embasar a sua construção argumentativa, a partir de artigos acadêmicos, da Constituição Federal, Lei 13.146- Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei 8.742 - Lei Orgânica de Assistência Social e Projeto de Lei 4.439/20. **Resultado:**O resultado desse estudo comprova a importância do Benefício de Prestação Continuada para as pessoas portadoras de deficiência que as impossibilitam de obter uma vida sem distinções para com as demais pessoas. Além de chamar atenção para as dificuldades encontradas por essas pessoas, no dia a dia, desde pequenas a grandes ações.**Conclusão:** Conclui-se que por meio da Lei Orgânica de Assistência Social (Loas) há possibilidade de uma realidade mais digna, atendendo às necessidades dos deficientes e idosos atendidos pelo BPC (Benefício de Prestação Continuada), sendo necessário o

questionamento a respeito de auxílios que não há no benefício. Assim, o Loas garante os direitos da pessoa com deficiência que a Constituição e o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Palavras-chave: Deficiente; Benefício; Loas.

A VALIDADE DOS CONTRATOS CELEBRADOS POR PESSOA COM DEFICIÊNCIA MENTAL

Priscila Oliveira Almeida[1]

[1]Faculdade Irecê - FAI

Introdução: Considera pessoa com deficiência aquela com qualquer tipo de perda ou anormalidade que limite as funções físicas, sensoriais ou intelectuais de uma pessoa. Durante a vigência do Código Civil de 1916 a pessoa que possuía algum impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas era considerada como absolutamente incapaz. Porém a Lei 13.146/2015 trouxe mudanças influenciadas pela incorporação da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, realizada em Nova York em 2007. No caso do Brasil, ele aderiu aos termos dessa convenção através do Decreto Legislativo n° 186/2008, seguindo os requisitos necessários que estão dispostos na Constituição Federal de 1988 no artigo 5°, § 3° para obter o status de emenda constitucional. Analisam-se quais as melhorias advindas dessas modificações no Estatuto da Pessoa com Deficiência, no Código Civil de 2002 nos artigos 3º e 4º relacionados à capacidade civil, que possui o desígnio de incorporar uma maior faculdade o exercício dos direitos humanos e liberdades fundamentais, autonomia e inclusão aos deficientes intelectuais para estarem em igualdade de condições. **Objetivos:**Esse trabalho é revestido de importância social e buscou compreender como se dá a formação de um negócio jurídico, pois antes era considerado nulo, por estar sendo realizado por um agente incapaz, de que forma essas mudanças podem impactar na vida patrimonial dessas pessoas, além de analisar como fica a atuação do curador a partir das mudanças na legislação. **Métodos:**O trabalho desenvolveu-se por meio de pesquisa bibliográfica, podendo reunir atributos relacionados ao tema central a validade dos contratos celebrados por pessoa com deficiência mental.**Resultados:**Cabe ressaltar que no artigo 2º do Código Civil, o indivíduo já adquire personalidade civil a partir do seu nascimento com vida. Anteriormente, os anseios das pessoas que possuem deficiência intelectual eram suprimidos por meio de um acompanhante fazendo uso da curatela, em que o juiz impõe a este o dever de cuidar dos interesses de outrem que se encontre incapaz de fazê-lo (curatelado).Com a alteração das normas anteriores, passou-se a considerar apenas como absolutamente incapaz para exercer os efeitos da vida civil os menores de 16 anos, assegurando aos deficientes o direito de desempenhar a sua, portanto, capacidade legal.Com relação ao curador, foram retiradas do art.1.767 as incapacidades decorrentes de alguma doença mental, tornando-se obrigatória a representação apenas de modo excepcional, desde que comprova a sua necessidade. **Conclusões:** Dado o exposto, pode-se concluir que o negócio jurídico

realizado por um deficiente mental será plenamente válido de acordo aos moldes atuais, se obedecer ao raciocínio da escada ponteana de Pontes de Miranda em que: a existência, diz respeito aos elementos fundamentais para caracterizar como negócio jurídico; a validade consiste nos fins do negócio jurídico frente ao ordenamento;e a eficácia, que está relacionada ao poder de gerar efeitos desde o início ou se ficará preso a elementos acidentais, além também de respeitados os requisitos do objeto lícito e possível, determinado ou determinável.

Palavras-chave: Código Civil; Deficiência; Direitos.

ACESSIBILIDADE ATITUDINAL: O QUE É NECESSÁRIO PARA QUE A PESSOA COM DEFICIÊNCIA SEJA RESPEITADA APÓS A ASSIDANATURA DOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS PESSOA COM DEFICIENCIA

Fábio Pereira de Morais[1];Priscila Oliveira Barbosa de Morais[1] Clecilane Félix de Souza Pinto[1] Luami Nunes dos Santos[1]

[1] Faculdade Irecê

Introdução:O presente trabalho traz uma importante reflexão a respeito do que é necessário para que os direitos da pessoa com deficiência sejam respeitados, destacando as dificuldades encontradas nas políticas públicas voltadas para essas ações na esfera social. **Objetivos:** Reconhecer que a retirada da cidadania das pessoas com deficiência é um dos mais devastadores problemas sociais a ser enfrentado, e conscientizar a sociedade sobre a necessidade de superar os principais obstáculos ao equacionamento da questão da pessoa com deficiência.**Métodos:**Para realizar esse trabalho foi desenvolvida pesquisa bibliográfica em artigos.**Resultados:**As pessoas com deficiência encontram inúmeras dificuldades na vida social. Já existem alguns avanços significativos, porém muito ainda precisa ser feito. Vale destacar que a Declaração Universal dos Direitos Humanos deixa claro que todos são iguais perante a lei, "que todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação". Promover essa observância universal e efetiva deve ser o ideal comum a todos os povos e todas as nações. A Constituição e a Lei Brasileira de Inclusão também asseguram esses direitos. O preconceito, a desinagualdade e a exclusão ainda é uma grande questão a ser sociedadesuperada sociedade. A não conscientização social tem permeado a - a marginalização e a discriminação do deficiente faz-se presente em toda parte em todo momento: na legislação, na arquitetura no dimensionamento do espaço urbano, nos transportes, no ensino, nos serviços de saúde, na organização do mercado de trabalho dentre outros. A deficiência é ignorada de tal forma que mesmo seus conceitos mínimos fogem à grande maioria da sociedade. A negação do deficiente cria uma barreira de segregação colocando o mesmo à margem da sociedade resultando no distanciamento do diferente. A negação do outro fere o princípio da igualdade. Deve ser levado em consideração que toda a população em algum momento pode pertencer a esse grupo. Os diversos instrumentos de medição - seja pesquisas domiciliares ou especializadas - falam a respeito dessas variáveis entre os países, sendo que a proporção prevê uma crescente devido ao envelhecimento da população e mudanças nos estilos de vida, por isso a formulação de políticas públicas voltadas para essas pessoas é de suma importância, já que cerca de 12% da população da América Latina e do Caribe vive ao menos com uma deficiência (aproximadamente 60 milhões de pessoas). **Conclusões:**Tendo em vista a luta para

garantir que a pessoa com deficiência tenha os seus Direitos respeitados, é evidente, que a ausência de políticas públicas que tratem da inserção do deficiente em todos os ramos da sociedade, ainda é um dos maiores desafios a serem enfrentados. Ademais, levando em consideração que frequentemente as pessoas com deficiência são descriminadas, tendo que enfrentar o preconceito de uma sociedade retrógrada, é importante ressaltar a necessidade da inclusão social e da prática da empatia.Embora essa discussão esteja em pauta, o Estado e a sociedade devem trabalhar juntos para que os direitos da pessoa com deficiência não sejam omitidos e a dignidade da pessoa humana seja garantida.

Palavras-chave: Pessoa com deficiência; Acessibilidade; Direitos Humanos.

ELUCUBRAÇÕES SOBRE OS DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: ALÉM DA LETRA DA LEI

Sandra Mascarenhas [1], Leonellea Pereira [2]

[1] Discente da Faculdade Irecê – FAI

[2] Docente da Faculdade Irecê – FAI

Introdução: Este trabalho analisa a legislação brasileira quanto os Direitos Humanos da pessoa com deficiência em paralelo à sua aplicação vivenciada pelos seus destinatários. **Objetivos:** Busca-se valorizar as conquistas quanto aos Direitos Humanos da pessoa com deficiência, reconhecer a urgência de efetividade da lei na sua integralidade e a conscientização da família, representante legal e sociedade, pela busca da proteção a tais direitos. **Métodos:** Por meio da pesquisa bibliográfica de natureza exploratória, foram utilizados artigos científicos, livros e a legislação correlata para análise do tema. **Resultados:** No Brasil, há diversos instrumentos positivados visando a proteção dos direitos humanos da pessoa com deficiência: a Constituição de 1988 e a Lei n°13.146/2015, que asseguram o exercício dos direitos e liberdades fundamentais por pessoa com deficiência em condições de igualdade visando à sua cidadania e inclusão social; e a Convenção da ONU sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência. Isso não impede que cotidianamente se presencie inúmeras violações desses direitos. A discriminação e exclusão social acontecem na própria família quando não apresenta publicamente a pessoa, não lhe dá oportunidade de lazer, não a reconhece como pessoa em igualdade de condições com os demais e até a mantém isolada num cômodo da casa, como um móvel "defeituoso". Ocorrem também violações disfarçadas de brincadeiras: muitos nem são conhecidos socialmente pelos seus nomes, pois o *bullying* substituiu por apelidos estigmatizantes. Além disso, é comum encontrar pessoas amparadas por benefício social e desamparadas economicamente por seus familiares/curadores, que se apropriam indebitamente dos recursos destinados à sua manutenção, e acabam perambulando nas ruas em situação degradante. Tais violações constituem crimes, mas geralmente a sociedade é indiferente enquanto grande parte dos titulares desses direitos permanece invisibilizada. Poucos querem comprometimento, exposição, assunção do lugar de fala. Políticas públicas educacionais são necessárias para apoio, acompanhamento psicológico e emocional das famílias com integrantes com necessidades especiais, bem como para a sociedade, visando a aceitação do outro com as suas particularidades enquanto sujeito de direitos e o zelo para que a sua proteção seja eficaz. Convém ainda analisar a evolução cronológica desses direitos, as conquistas em contraponto à vivência cotidiana em matéria de preconceito, segregação, aproveitamento e exploração econômica, apropriação indébita de benefícios, uso inadequado ou insuficiente de tais recursos, e condições de vida que ferem a dignidade humana. **Conclusão:** Espera-se que seja possível

moldar uma sociedade livre de preconceitos e discriminação, convicta da sua responsabilidade em zelar pela proteção aos direitos dos mais vulneráveis, que valorize e respeite o “jeito normal” de ser da pessoa com deficiência. Embora existam avanços em termos de legislação no Brasil, na vivência diária salta aos olhos a quantidade de pessoas titulares desses direitos que são deles privadas pelos próprios integrantes do grupo familiar ou pelos responsáveis que têm o dever legal de proteger e cuidar. Talvez não faltem leis para que as pessoas com deficiência tenham os seus direitos garantidos na sua integralidade: falta empatia, coragem e interesse de se comprometer, de se doar, de se fazer parte.

Palavras-chave: Direitos; Garantias; Violações.

O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (LEI 13.146/2015) E AS NOVAS CONCEPÇÕES SOBRE CAPACIDADE: UMA ANÁLISE À LUZ DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Ancelmo Machado Miranda Bastos[1], Hellen Regina Guimarães da Silva[1], Hebert Vieira Durães[2]

[1] Discente da FAI – Faculdade Irecê

[2] Docente da FAI – Faculdade Irecê

Introdução: Ao longo da história, importantes direitos foram negados às pessoas com deficiência. Tal realidade perdurou por séculos e consolidou arquétipos sociais excludentes e injustos, pois as leis instituídas refletiam diretamente tais concepções. No Brasil, é possível perceber de forma mais palpável fazendo uma rápida comparação sobre o conceito de capacidade à luz do Código Civil de 2002 e as necessárias alterações em importantes dispositivos dessa lei após a entrada em vigor da Lei 13.145/2015 – o chamado Estatuto da Pessoa com Deficiência. Pautadas no Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, há na nova legislação significativos avanços para a tutela da dignidade da pessoa com deficiência, pois a nova legislação alterou e revogou alguns artigos do Código Civil de 2002. Após uma rápida análise do texto legal, percebe-se que foram revogados todos os incisos do art. 3º do Código Civil. Como é possível perceber, a lei 13.145/2015 extingue do sistema privado brasileiro, o conceito jurídico de pessoa absolutamente incapaz que seja maior de idade. Esse novo olhar do legislador sobre as pessoas com deficiência tem várias consequências para a vida desses sujeitos de direitos. **Objetivos:** Nesse trabalho, o principal objetivo é apresentar as principais mudanças na legislação concernentes as pessoas com deficiência, tendo como objetos de análise o Código Civil de 2002 e a lei 13.146/2015. **Métodos:** A metodologia aqui adotada foi o estudo bibliográfico e análise comparativa das duas legislações já mencionadas. **Resultados:** Estas mudanças provocaram importantes consequência no âmbito jurídico, por exemplo: não há mais que se falar em ação de interdição absoluta no nosso sistema civil, pois os menores não são interditados. Todas as pessoas com deficiência, das quais tratava o comando anterior, passam a ser, em regra, plenamente capazes para o Direito Civil, o que visa a sua plena inclusão social, em prol de sua dignidade. Por fim, para comprovar tal análise, o art. 6º da lei 13.146/2015, segundo o qual a deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para: *a)* casar-se e constituir união estável; *b)* exercer direitos sexuais e reprodutivos; *c)* exercer o direito de decidir sobre o número de filhos e de ter acesso à informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar; *d)* conservar sua fertilidade, sendo vedada a esterilização compulsória; *e)* exercer o direito à família e à convivência familiar e comunitária; e *f)* exercer o direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção, como

adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. Como é possível perceber com clareza meridiana, no plano familiar há uma expressa inclusão plena das pessoas com deficiência. **Conclusões:** Ressalta-se, por fim, a possibilidade de tornar mais claro e acessível às diversas áreas do conhecimento, sobre as mudanças no conceito de capacidade e, principalmente, em um novo olhar que a legislação apresenta no que concerne às pessoas com deficiência, olhar esse mais voltado para preceitos constitucionais como a dignidade da pessoa humana.

Palavras-chave: Capacidade; Deficiência; Dignidade da Pessoa Humana.

O INSTITUTO CONTADOR DE HISTÓRIAS

Higor Harris Mota Carneiro[1], Leonellea Pereira[2]

[1] Discente da Faculdade Irecê – FAI

[2] Docente da Faculdade Irecê – FAI

Introdução: A criação da Carta dos Direitos Humanos foi de vital importância para a garantia da proteção a qualquer pessoa no mundo. Ainda assim, percebe-se que existem muitos casos de desrespeito a esses direitos, colocando pessoas em situações de abuso, intolerância, discriminação e opressão. Dentre todas as pessoas que já são protegidas por tais direitos, há ainda as que se encontram em grupos que necessitam de maior assistência: um exemplo são as pessoas com deficiência, que foram historicamente submetidas a uma imagem de anormais em todo o globo. Vale ressaltar que antes mesmo da Carta dos Direitos Humanos, existiram tentativas válidas e fundamentalmente necessárias para o auxílio a estas minorias, que aos poucos puderam tomar um lugar um pouco mais digno na sociedade. O exemplo exposto é o Imperial Instituto de Surdos-Mudos criado no Brasil por volta de 1857 durante o 2º reinado.**Objetivos:** Apresentar a história e a relevância social da primeira grande instituição voltada às pessoas com deficiência do país, o Instituto Nacional de Educação de Surdos do Brasil - INES.**Métodos:** Foi utilizado o método de pesquisa exploratória na busca a respeito de eventos históricos no que se remete ao dado instituto. O resumo apresenta-se baseado principalmente no arquivo nacional, em seu mapa da memória da administração pública brasileira, assim também como demais fontes relacionadas a mesma e presentes em sua bibliografia.**Resultados:** O Instituto dos Surdos-Mudos (depois chamado de Instituto Nacional de Educação de Surdos) foi criado em 1856 com a finalidade de oferecer educação intelectual, moral e religiosa aos surdos de ambos os sexos. O programa do curso, com duração de 05 anos, oferecia as matérias de língua portuguesa, aritmética, geografia e história do Brasil, escrituração mercantil, doutrina cristã e linguagem articulada, aos que estivessem aptos. Com o tempo, novas legislações foram surgindo, evoluindo juntamente com a perspectiva do mundo que após períodos de guerras optou por finalmente ter um olhar mais humano e nesta maior inclusão, a presença dos surdos-mudos teve maior visibilidade por parte da mídia e da sociedade. Assim foi também com o aumento do interesse pela linguagem de sinais que através de movimentos e uma longa batalha política e jurídica, conseguiu reconhecer e oficializar a Libras como o segundo idioma oficial do Brasil (Lei nº 10.436/2002).**Conclusões:**Assim, fica exposto o quão é importante é o INES, por ser uma instituição de grande valor social, dado a conquista de ser a iniciadora no processo de educação dos surdos no Brasil e não apenas em relação a comunicação por meio da linguagem de sinais, mas também por ter institucionalizado métodos, objetos de ensino, formas de avaliar e os

principais discursos a respeito da surdez e da pessoa surda, ajudando-a a se integrar na sociedade brasileira. A Libras, fruto desse progresso se desenvolveu, assim como o dado instituto ao longo de sua história e legislação com seu objetivo sendo cumprido - a inclusão das pessoas surdas-mudas na sociedade brasileira - e que também acertadamente optou por reconhecer como segundo idioma oficial do país o que indica um dos sucessos dos Direitos Humanos tendo respeito a dignidade da pessoa humana.

Palavras-chave: Educação de pessoas surdas; Instituto Nacional de Educação de Surdos; História do Brasil.

OS DILEMAS ENFRENTADOS PELOS PROFISSIONAIS DEFICIENTES FÍSICOS DURANTE O PERÍODO DO LABOR

Filipe Pereira Leal[1]; Carol Stefane Souza Soares[1] Layla Mayli Marreta da silva[1].

[1]Faculdade Irecê - FAI

Introdução:O exercício laboral da pessoa com deficiência é, diariamente, envolto por problemáticas de ordem pessoal, como a psicológica, física e social, bem como estrutural, quanto ao ambiente de trabalho. De acordo com o Decreto nº 3.298/99, a pessoa com deficiência é conceituada como aquela que, em virtude de perda ou anormalidade de uma estrutura ou de alguma função, tem sua capacidade reduzida, total ou parcialmente, para o exercício de atividades que são executadas dentro do padrão considerado normal em relação ao ser humano. Deste modo, ainda existem dilemas a serem enfrentados, o que gera a necessidade de se indagar: se existem tantos milhões de pessoas com deficiências físicas, por qual motivo é tão dificultoso o labor, o ingresso no mercado de trabalho, o respeito, a empatia para com essas pessoas?**Objetivos:**O estudo objetiva encontrar as principais dificuldades pessoais, sociais e estruturais enfrentadas pelas pessoas com deficiência no ambiente de trabalho.**Métodos:**A pesquisa possui natureza qualitativa, sendo realizada através de levantamento bibliográfico e documental. Selecionaram-se artigos sobre o tema, após utilização de descritores, bem como foram compiladas e fichadas as legislações pertinentes ao tema. O presente Trabalho foi realizado a partir da metodologia dedutiva, através da pesquisa bibliográfica, do tipo qualitativa, leis que foram compiladas e fichadas, como também, alguns exemplos práticos. **Resultados:**Do ponto de vista pessoal, verificou-se que Diante do que foi exposto, o caminho da pessoa deficiente é longo e difícil, desde a educação básica, passando pelas dificuldades no ensino superior, o ingresso do mercado de trabalho, como também os dilemas no âmbito do labor, pois muita das vezes as empresas não estão preparadas para receberem este grupo. Constatou-se que a Lei 8.213/91 impõe à empresa com 100 ou mais funcionários a obrigação de preencher de 2 a 5% dos seus cargos com beneficiários reabilitados, ou pessoas com deficiência. Todavia, preocupados em apenas preencher essa porcentagem, o empregador não leva em consideração as adaptações físicas, não lidam dentro do âmbito do trabalho com empatia e respeito entre colegas, como também atingem as questões psicológicas do empregado com deficiência, evidenciando que o mesmo só consegue enxergar os problemas que o não cumprimento da Lei de Cotas lhe trará. Entre eles estão os aumentos de gastos para adaptar a empresa ao novo funcionário e possíveis sanções. **Conclusões:** É evidente que existem legislações que buscam amparar as pessoas com deficiência, porém mais que isso, o respeito, a empatia, é, sobretudo, o trabalho mais árduo e importante de se fazer por toda a sociedade. Dessa maneira, o empregado com deficiência, deve não só ser inserido no mercado de trabalho, mas também respeitado no âmbito do seu labor, pois

trabalhar é peça fundamental na vida do indivíduo, e uma forma de ressocializar o indivíduo com deficiência, convivendo com outras pessoas que assim como ele, trabalharão. Assim, indispensável que a pessoa com deficiência seja assistida pelo gestor, afim de que promova não só inclusão no mercado, mas a garantia do direito a uma vida digna.

Palavras-chave: Trabalho; Dificuldade; Respeito.

SAÚDE MENTAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

Fernanda Abreu[1], Nathan Oliveira[2], Leonellea Pereira[3]

[1] Faculdade de Irecê
[2] Faculdade de Irecê
[3] Faculdade de Irecê

Introdução: Ao longo da história, grande foi a luta para inclusão das pessoas com deficiência na sociedade. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 é um marco neste aspecto, pois garante os direitos básicos de forma expressa em seu texto. Desde então, o Estado e os ativistas buscam efetivar os direitos garantidos na CF/88, além de novas liberdades que possam assegurar equidade às pessoas com deficiência em relação às demais. Delicada é a situação da pessoa com deficiência mental quando figura como autora de crime: é essencial a lavratura de laudo para avaliar sua saúde mental, para aferir a sua culpabilidade, ou seja, a constatação de doença mental pode levar o indivíduo a receber medida de segurança em vez de pena. A deficiência não afeta a capacidade civil, de acordo com os arts. 6º e 84 da Lei nº 13.146/15, seguindo orientação já consolidada na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU. A partir disso, dúvidas surgem a respeito da imputabilidade penal da pessoa com deficiência mental. **Objetivos:** O resumo visa observar a tutela estatal relacionada às pessoas com deficiência mental que cometem delitos e tem reconhecida a sua periculosidade através de perícia psiquiátrica, a fim de destacar suas consequências na esfera cível e penal. **Métodos:** Através da pesquisa bibliográfica de natureza exploratória, foram utilizados artigos científicos e textos legislativos vigentes. **Resultados:** A pena privativa de liberdade tem a finalidade de punir o agente infrator da lei, mas também de ressocializá-lo para o convívio social após o cumprimento da sanção. No entanto, fica evidente que isso não acontece e que na maioria das vezes o preso retorna à sociedade pior que antes, não só pelo risco de voltar a delinquir, mas também por conta da sua saúde mental. É importante pensar na pessoa com deficiência neste cenário, pois é mentalmente vulnerável, e jogada em local insalubre e hostil pode ter sua enfermidade agravada. A capacidade de discernir é a medida para a imputabilidade, sendo isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, como prevê o art. 26 do Código Penal. Portanto, aos agentes reconhecidos como inimputáveis ou semi-imputáveis são aplicadas as medidas de segurança com base no seu grau de periculosidade, podendo ocorrer através de internação ou tratamento ambulatorial. Ocorre que a estrutura da maioria dos manicômios judiciários e hospitais de custódia no Brasil é

muito precária, não oferecendo as condições mínimas necessárias para a recuperação do indivíduo com doença mental. Torna-se evidente que a tutela penal destinada ao condenado portador de deficiência ainda necessita de muitas melhorias, especialmente para resguardar os seus Direitos Humanos, coibindo qualquer espécie de tratamento desumano ou degradante, como propôs a Lei n° 10.216/01, que promoveu a Reforma Psiquiátrica no Brasil.**Conclusões:** A lei penal visa proteger os bens jurídicos mais importantes da sociedade, punir quem infringe a lei para evitar reincidência e promover a ressocialização. Com a medida de segurança não pode ser diferente: embora tenha natureza diversa da pena, ela deverá promover a adequada reintegração social do indivíduo considerado perigoso para a sociedade, dentro dos limites previstos em lei e com respeito máximo aos Direitos Humanos.

Palavras-chave: Inimputabilidade; Deficiente mental; Medida de segurança;

ARÉA TEMÁTICA:

Políticas públicas para inclusão da pessoa com deficiência, mobilidade urbana e trabalho rural

A ACESSIBILIDADE EM ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE SOB A ÓTICA DA RDC 50/2002

Raíssa Fonseca de Souza[1]; Queuam Ferreira Silva de Oliveira[2]

[1]Graduanda em Enfermagem pela Faculdade Irecê (FAI)

[2] Enfermeira e professora da faculdade Irecê (FAI)

Introdução: As políticas públicas relacionadas a inclusão social visam garantir a acessibilidade dos cidadãos com deficiência motora em estabelecimentos de saúde, por meio do acesso facilitado sem ajuda de terceiros. **Objetivo:** Descrever a relevância da Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) n° 50/2002 para o acesso de pessoas com deficiência motora em serviços hospitalares. **Métodos:** Trata-se de uma pesquisa descritiva de abordagem qualitativa e análise documental sobre a RDC n° 50/2002 com ênfase nos critérios de acessibilidade. **Resultados:** As políticas públicas voltadas ao acesso facilitado de pessoas com deficiência motora, de maneira equânime, vêm sendo implementadas nos estabelecimentos de saúde por meio do regulamento técnico da RDC 50/2002 a qual rege sobre as normas estruturais dos projetos físicos dos serviços de saúde e busca garantir a locomoção de pessoas com deficiência física de forma facilitada. Dado isso, a resolução enfatiza sobre as normas técnicas que os estabelecimentos assistenciais de saúde devem seguir para promover a acessibilidade dos pacientes com deficiência, em que destaca-se a possibilidade dos mesmos em terem acesso aos serviços de saúde sem o auxílio de outras pessoas, bem como a prioridade de vagas nos estacionamentos dos hospitais. **Conclusões:** Em suma, percebe-se a importância da RDC 50 para facilitar a locomoção de pessoas com deficiência nos serviços de saúde, sendo fundamental a atuação do enfermeiro, a partir das estratégias de vigilância sanitária, no processo de fiscalização da estrutura dos estabelecimentos no intuito de promover acessibilidade aos pacientes com deficiência.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Acessibilidade; Estabelecimentos de Saúde.

A EFETIVIDADE DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NO MERCADO DE TRABALHO NO MUNICÍPIO DE IRECÊ – BAHIA

Hellen Regina Guimarães da Silva[1]; Ancelmo Machado Mirando Bastos[1];

Heitor de Souza Dantas[1]

[1] Faculdade de Irecê - FAI

Introdução: O conceito de pessoa com deficiência, de acordo com Lei nº 13.146/15, abrange um conjunto amplo de características como as necessidades físicas, sensoriais (da visão ou da audição) e intelectuais. O impacto causado por essas deficiências na capacidade de trabalho e de interação com o meio físico e social pode ser brando ou ter consequências maiores, que requerem apoio e assistência proporcionais (FONTES, 2002). Assim, o ingresso desta população no mercado de trabalho ocorrerá na medida em que os instrumentos de inclusão social criados pela legislação brasileira passarem a efetivar os processos educacionais que lhes permitam adquirir autoconfiança e qualificação profissional. **Objetivos:** Analisar a efetividade do ordenamento jurídico como instrumento de inserção da pessoa com deficiência auditiva no mercado de trabalho educacional privado de ensino fundamental ou médio, no município de Irecê – Bahia, em 2020. **Métodos:** Trata-se de uma investigação de natureza quali-quantitativa, realizada através de levantamento bibliográfico acerca das leis que visam a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. Além disso, realizou-se entrevistas estruturadas com sete escolas da rede privada do município de Irecê - BA, via ligação telefônica gravada, durante o mês de outubro de 2020. **Resultados:** O município de Irecê conta com uma população de 559 surdos, segundo dados do Censo Demográfico, realizado em 2010, pelo IBGE. Todavia, apesar desse número bastante expressivo, observou-se que nenhuma das escolas entrevistadas apresentam pessoas com deficiência auditiva em seu quadro de funcionários. A lei 8.212/91, em seu artigo 93, regula a obrigatoriedade das empresas com 100 ou mais empregados preencherem seus quadros com 2 a 5% dos cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência. Foi possível verificar que quatro das sete instituições pesquisadas não contavam com 100 ou mais colaboradores. Das instituições que tinham seu quadro de funcionários composto por mais de 100 funcionários, duas informaram possuir funcionários com outra deficiência, que não a auditiva. Constatou-se também que uma instituição pesquisada, embora possua um quadro de funcionários superior a 100 indivíduos, não contava com nem um empregado com deficiência ou beneficiário reabilitado. Por fim, verificou-se que apenas duas das sete escolas entrevistadas possuem programas de incentivo a contratação de pessoas com deficiência auditiva. **Conclusões:** A inclusão da pessoa surda é um problema complexo que merece atenção por parte do poder público e da sociedade. Assim,

embora a legislação busque a inserção desses indivíduos no mercado de trabalho através da imposição de percentual mínimo de contratação para empresas com cem ou mais empregados, o estudo evidencia que boa parte dessas, principalmente no interior dos estados, não preenchem tal requisito e, por conta disso, não são obrigadas a contratá-los. Deste modo, as próprias instituições necessitam de um instrumento mais eficaz que garanta não só a inclusão de pessoas com deficiência auditiva, mas também a sua qualificação profissional.

Palavras-chave: Legislação; Inclusão social; mercado de trabalho; deficiência auditiva.

ACESSIBILIDADE EM UMA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO INTERIOR DA BAHIA

Maria da Conceição Araújo Correia[1]**;** Nádja Shirlley de Andrade Cavalcante[2]; Cleuton Machado Cavalcante[3]; Thainara de Araújo Franklin[4] ; Francielle Novaes Dourado[5]; Taíse Santos Rocha[6]; Lívia Dourado Leite[7]; Kelle Karolina Ariane Ferreira Alves[8]

[1-8] Faculdade Irecê - FAI

Introdução: Considera-se acessibilidade a condição para a utilização com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transportes e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. Nesse sentido, a Faculdade Irecê, atende à Portaria MEC nº 3.284, de 7/11/2003, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiências que devem ser atendidas pelas IES, bem como ao Decreto nº 5.296, de 2/12/2004, que estabelece as normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e a lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Ressalta-se que quando se pensa em inclusão é necessário atender a todos, não somente garantir a acessibilidade física, mas também o acesso a informação que vai contribuir para uma aprendizagem significativa dos nossos alunos. **Objetivos:** Descrever ações para acessibilidade em uma instituição de educação superior no interior da Bahia. **Métodos:** Trata-se de um relato de experiência sobre as ações desenvolvidas pela Gestão Institucional, no período de 2014 a 2020, a partir dos resultados das avaliações externas do Ministério da Educação - MEC e internas da Comissão Própria de Avaliação Institucional – CPA. Resultados: A Faculdade Irecê promove acessibilidade às pessoas com deficiência eliminando as diversas barreiras para a inclusão da seguinte forma: implantação de rampas e elevador, adaptação de portas e banheiros; instalação de bebedouros; disponibilização de sistema de síntese de voz, lupas, réguas de leitura, sistema operacional DOSVOX nos computadores da biblioteca e laboratórios de informática, intérprete de língua de sinais/língua portuguesa, disciplina optativa de libras, mobiliário de recepção e atendimento obrigatoriamente adaptado à altura e à condição física de pessoas em cadeira de roda, piso tátil, área especial para embarque e desembarque de pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, sinalização ambiental para orientação, admissão de entrada e permanência de cão-guia mediante apresentação da carteira de vacina atualizada do animal. **Conclusões:** Desse modo, a Faculdade Irecê tem buscado atender aos direitos das pessoas com deficiência, ao promover a inclusão através da oferta de um ambiente com acessibilidade física e pedagógica. Mesmo que ainda não disponha de nenhuma pessoa com deficiência na

comunidade acadêmica, mostra-se preparada para receber e manter esse público. Nesse sentido, o plano de acessibilidade continua em processo de implementação permanente, conforme consta em seu Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI.

Palavras-chave: Acessibilidade; Instituição de Educação Superior; Inclusão.

CONSTRUÇÕES RURAIS E A ACESSIBILIDADE

Almerindo Barreto de Almeida Neto[1]; Dyego Pimenta Oliveira[1]; Luiz Alves Barreto Neto[1]; Torquatro Martins de Andrade Neto[1]

[1] FAI – Faculdade de Irecê

Introdução: Construções rurais constitui-se uma das mais importantes partes da Engenharia Rural para qualquer tipo de planejamento de atividades agropecuárias. O leque de empreendimentos vai desde instalações para criação animal até galpões de armazenamento de fertilizantes e agroquímicos. É um cenário que pode absorver mão de obra de pessoas com algum tipo de limitação. **Objetivo**: Mostrar a possibilidade de acessibilidade em ambientes e edificações rurais. **Metodologia:** As observações foram realizadas durante alguns anos, nos períodos de realização de treinamentos em aplicação de agrotóxico com a NR31, em fazendas agrícolas (Agronegócio), através do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). **Resultados**: Em se tratando de instalações rurais, existem aquelas destinadas às atividades agrícolas (galpões de armazenamento, de beneficiamento, as edificações destinadas ao armazenamento de agrotóxicos, adjuvantes e produtos afins, viveiros, estufas) e as instalações destinadas à produção animal, que são as Instalações Zootécnicas. Todas elas quando apresentam requisitos de acessibilidade podem promover a inclusão de trabalhadores com determinadas limitações. A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) concluiu em 2015 a atualização da Norma Técnica de Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos (NBR 9050: 2015), criada inicialmente em 2014. Segundo ela, “acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a que pessoas com necessidade utilizem com segurança e autonomia as edificações”. **Conclusão**: A acessibilidade na construção não é apenas uma importante preocupação socioeconômica, mas também uma exigência legal.

Palavras-Chave: Construções rurais, acessibilidade, inclusão.

CONTEXTO ESCOLAR E POLÍTICAS PÚBLICAS NA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Lara Marcela Bertasso Silva[1]; Isaque Francisco de Sousa[1]; Daniela Lopes O. Dourado[1]

[1] Faculdade Irecê

Introdução: É necessário salientar que as pessoas com deficiência ainda são vistas de uma forma “anormal”, em destaque, no ambiente escolar, já que a relação estudante-família-escola enraíza resquícios de uma cultura excludente. Ademais, a criação de políticas públicas com o intuito de garantir a matriz da Constituição Federal do Brasil de 1988 é um grande avanço, isto é, reconhece a dignidade da pessoa humana. Assim, ocorre a ligação com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, enfatizado no parágrafo único do artigo 27 como proposta da transversalidade e comunicação entre Estado-família-sociedade. Portanto, vê-se a necessidade da prática nesse contexto escolar para que haja maior acessibilidade e inclusão no viés educacional. **Objetivos**: Compreender o funcionamento na prática de políticas públicas que assistam às PcD e o porquê da exclusão desse público no ambiente escolar. **Métodos:** Buscaram-se artigos publicados sobre a educação inclusiva para pessoas com deficiência juntamente com a prática de políticas públicas nos últimos 5 anos. Além disso, a pesquisa bibliográfica possui como arcabouço teórico-metodológico os seguintes autores Borges e Pereira (2016), Pagliuca, et al (2015), Thebas, Martins e Oliveira (2018). **Resultados**: De acordo com os estudos foi possível constatar a dificuldade de uma inclusão com políticas públicas eficazes no que se diz respeito às PcD nas escolas, visto que essa proposta de acessibilidade é compreendida, infelizmente, como um gasto excessivo. Além disso, outro ponto importante é a barreira atitudinal dos professores, isto é, comportamentos ou relações preconceituosas para com esses alunos, definindo o capacitismo desvelado. Logo, para que ocorra o avanço dessas políticas públicas destaca-se a proposta de uma organização coletiva social com o olhar multifacetado do governo. **Conclusões:** Contudo, é compreendido que as leis e políticas públicas vigentes no país direcionadas às pessoas com deficiência representam um grande avanço e desafio. Assim, têm sido de suma importância para a inclusão no âmbito escolar tanto em questões de ensino e aprendizagem quanto na acessibilidade. Todavia, é preciso mais investimento na formação de uma inclusão mais efetiva, ou seja, recursos nas escolas, desenvolvimento de práticas que quebrem estigmas e estereótipos no meio educacional professor-aluno e aluno-aluno e maior transversalidade na comunicação Estado-família-sociedade. Logo, visando uma maior inclusão de forma ativa com o intuito de acolher e gerar oportunidades para a prática de desenvolvimento entre essas pessoas e o acesso à real equidade.

Palavras-chave: PcD; políticas públicas; inclusão

MERCADO DE TRABALHO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Isaque Francisco de Sousa[1]; Lara Marcela Bertasso Silva[1;] Daniela Lopes Oliveira Dourado[1]

[1] Faculdade Irecê

Introdução: Uma pessoa nascer e/ou apresentar qualquer tipo de deficiência como física, sensorial, intelectual e mental era entendido como alguém inútil e sem capacidade para o trabalho quando este se tornasse adulto. Assim, frustravam-se as expectativas que toda uma sociedade depositava neste determinado individuo. Entretanto, com a Constituição Federal de 1988 juntamente com a lei nº 8.213/1991, as empresas de cunho público e privado passaram a ter a necessidade de incluir pessoas com deficiência em sua equipe tornando-se uma política de enfrentamento contra a discriminação e exclusão social no campo do trabalho. **Objetivos:** Analisar as leis bem como conhecer as políticas públicas que asseguram a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. **Métodos:** Realizou-se a busca de artigos científicos referentes à inclusão de pessoas com deficiência no ambiente de trabalho e políticas públicas para atender esta realidade. No total, coletou-se 8 artigos e apenas 3 destes foram selecionados passando por uma avaliação criteriosa. Utilizou-se de pesquisas por artigos na biblioteca virtual SCIELO publicados no Brasil nos últimos 3 anos, de autoria de Gonçalves e Garcia (2018), Laurindo e Costa (2018) e Simonelli e Jackson Filho (2017). **Resultados:** O Estatuto da Pessoa com Deficiência lei n° 13.146/2015 garante direitos de igualdade e oportunidade às pessoas com deficiência sem descriminação e/ou práticas excludentes no mercado de trabalho. Afirma que as empresas não deveriam se limitar às leis de cotas da lei nº 8.213/1991, algo que, infelizmente, ocorre em alguns casos, mas sim, assegurar a dignidade humana a estes de ter um emprego como qualquer outro sujeito. Outrossim, no art. 34 do Estatuto da Pessoa com Deficiência, apresenta que esses indivíduos tem o direito tanto de trabalhar quanto escolher em que trabalhar e este ambiente tem a obrigatoriedade de ser acessível e inclusivo. **Conclusões:** Por conseguinte, compreende-se que as políticas públicas no Brasil para atender pessoas com deficiência representam um avanço importante para que as pessoas deficientes não sejam mais vistas como incapazes de fazer algumas atividades de acordo com suas realidades, mesmo que haja limitações físicas, sensoriais, intelectuais e mentais. Logo, ressaltando a inclusão destas na inserção da empregabilidade, no entanto, é evidente que as leis sobre esse assunto encontrem resistências para que sejam realmente aplicadas na prática. Assim, conscientização sobre a equidade é de extrema importância para a inclusão e devida acessibilidade das pessoas com deficiência.

Palavras-chave: Deficiência; Inclusão; Trabalho

NOVA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL: antinomias jurídico-pedagógicas do decreto n. 10.502 de 2020

Hebert Vieira Durães; Maria da Conceição Correa Araújo[2.] Camila de Oliveira Sousa[3.]

[1] Faculdade Irecê – FAI;

[2] Faculdade Irecê – FAI; Universidade Estadual da Bahia – UNEB, Campus XVI - Irecê.

[3] Faculdade Irecê – FAI.

Introdução: Por séculos a pessoa com deficiência sofreu as mais diversas formas de discriminação no seio social. Seja no acesso físico a certos ambientes, seja no acesso moral a determinados direitos. Indubitavelmente, é na educação que se verifica o ponto mais delicado, uma vez que a escola é o lugar de superação de desafios e de limites individuais com tratamento igualitário e inclusivo. Visando reparar tais equívocos sociais, o Estado brasileiro criou uma série de atos normativos que instituíram políticas de inclusão. Isto é, objetivaram inserir a pessoa com deficiência no mesmo ambiente e oportunidades que as demais, propiciando, assim, a dignidade da pessoa humana através da inclusão social. Porém, no dia 30 de setembro de 2020, o presidente da república editou o Decreto 10.502 contendo alguns dispositivos conflitantes. **Objetivos:** demonstrar os conflitos (antinomias) existentes entre o citado decreto e outras leis, baseada na pirâmide de Kelsen, a fim de verificar a posição jurídica do Decreto 10.520 e, em seguida, apontar as contradições criadas com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, com o Estatuto da Pessoa com Deficiência - EPD e com a Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB. **Métodos:** o estudo utilizou método de abordagem dialético, que consiste no diálogo das ideias conectando pontos e contrapontos (BITTAR, 2010); quanto ao método de procedimento, o presente estudo utilizou os seguintes: método comparativo, que consiste no confronto de elementos previamente postos; método bibliográfico, que consiste no levantamento de dados em outros estudos de autoridades no mesmo assunto; e método documental primário, uma vez que a pesquisa utilizou textos de leis que são documentos públicos de fonte primária (BITTAR, 2010). O Decreto contém noventa dispositivos (entre *caputs*, incisos e parágrafos), o que inviabiliza discorrer sobre cada um. Por isso, a comparação partirá do art. 2º, VI da referida norma. **Resultados:** o Decreto faz menção a “escolas especializadas” em seu artigo 2º, VI com o nítido objetivo de criar ambientes escolares separatistas, “agrupando” estudantes com deficiência no mesmo lugar, apartados dos não deficientes. Ocorre, porém, que o art. 4º, inciso III, da LDB determina que a pessoa com deficiência tem preferência pela rede regular de ensino. Já o artigo 28, inciso I, do EPD impõe que cabe ao poder público

assegurar sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades. Ambas as leis citadas são normas federais, de grau hierárquico superior ao decreto. Por sua vez, o art. 206 da CRFB, que está no topo dessa hierarquia, determina que o ensino será ministrado com base em álbuns princípio, dentre eles a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. **Conclusões:** nota-se, portanto, que o decreto presidencial em questão entra em rota de colisão com leis federais de grau hierárquico superior. Ou seja, a validade material do citado decreto pode ser questionada perante o Supremo Tribunal Federal, podendo resultar em sua cassação. Embora seja clarividente a colisão do Decreto 10.502 com as demais normas aqui demonstradas, porém, a antinomia, por si só, não induz a sua invalidação. É imperioso que algum órgão de representação e com pertinência temática (tal qual o Ministério Público Federal ou partidos políticos, por exemplo) busque perante a Corte Maior que o ato do presidente da república seja invalidado total ou parcialmente, conforme o grau de contradições.

Palavras-chave: Inclusão; Pessoa com deficiência

A IMPORTÂNCIA DA REDE DE CUIDADOS PARA PROMOVER MELHOR ASSISTÊNCIA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Giovana Alecrim Rocha[1]; Adelia Matos Pontes1; Brenda da Rocha Carvalho[1]; Kelle Karolina Ariane Ferreira Alves[1]; Edilson da Silva Pereira Filho[1]; Cíntia Ferreira Amorim[1]; Lívia Dourado Leite[1]

[1] Faculdade Irecê (FAI)

Introdução: A Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência foi instituída pelo Ministério da Saúde no âmbito federal através da portaria nº 793 de 24 de abril de 2012 e da portaria nº 835 de 25 de abril de 2012. Ela visa um cuidado integral na assistência aos deficientes, de maneira a contemplar de forma holística o ser humano de acordo com suas peculiaridades, de forma interdisciplinar e intersetorial. Os impasses nessa assistência existem e precisam ser compreendidos e superados. **Objetivos:** Compreender a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, analisando os impasses frente ao cuidado. **Métodos:** Trata-se de uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa, realizada na base de indexação Scielo (Scientific Electronic Library Online) e Revista de Atenção à Saúde, utilizando como descritores: Pessoas com Deficiência, Políticas Públicas de Saúde e Atenção à Saúde, de maneira dissociada e em conjunto através dos operadores booleano AND e OR, os artigos selecionados possuem publicação entre os anos 2017 a 2020, correlaciona-se com o tema proposto totalizando 04 artigos, o site, 01 manual e 02 portarias fornecido pelo Ministério da Saúde, realizou-se a exclusão de 03 artigos por não possuir coerência ao tema. **Resultados:** Para que a rede seja organizada e ofereça uma assistência integral às Pessoas com Deficiência é necessário que as ações e serviços estejam articulados de maneira a dispor de parcerias entre as diversas esferas e setores de saúde, com recursos financeiros adequados e comprometimento dos gestores de saúde, bem como dos profissionais que estão diretamente ligados ao cuidado, ressaltando a importância dos usuários conhecerem o funcionamento da rede. Compreende-se que mesmo com a legislação que garante atenção integral à parcela da população com deficiência, ainda há muitas falhas na política pública, destaca-se para a falta de formação dos profissionais e a falta de infraestrutura nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) para o adequado atendimento à saúde da pessoa com deficiência, assim percebe-se a necessidade dos profissionais terem conhecimento e promover o acolhimento nos diversos âmbitos da atenção, de modo a romper o estigma ainda existente, culminando em atitudes positivas e objetivando a melhora do estado de saúde da população. Ressalta-se ainda a importância de disciplinas nas graduações em saúde que abordem essa temática, visando fortalecer o conhecimento, além disso, destaca-se que é importante a educação permanente constantemente nos serviços de saúde, instituindo a capacitação da equipe para melhor cuidado com foco na prevenção, promoção da saúde e reabilitação, como também fortalecer a participação da

comunidade e da família tendo em vista a melhoria, independência e inclusão. Evidencia-se sobre as ações de prevenção que compõe a rede e influenciam diretamente na qualidade de vida, estando presente em todos os setores de saúde e também na acessibilidade da rede, proporcionando oportunidades de inclusão e melhoria geral. **Conclusões:** Dessa forma, é perceptível a relevância da rede interconectada para proporcionar a inclusão social da pessoa com deficiência, favorecendo assim um cuidado pautado na equidade, sendo continuo e atendendo as necessidades de saúde. Destaca-se o papel dos Centros Especializados em Reabilitação no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), composto por equipe multiprofissional, visando o cuidado de qualidade destinado às pessoas com deficiência.

Palavras-chave: Pessoas com Deficiência; Políticas Públicas de Saúde; Atenção à Saúde.

SERVIÇOS DE *HOME CARE* PARA PACIENTES COM DOENÇAS CRÔNICAS E PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Icaro da Silva Freitas[1]; Ediléia Miranda de Souza Ferreira[2]; Thays Matias dos Santos[3]; Elaine Alane Batista Cavalcante[4]

[1] Discentes do Curso Bacharelado em Farmácia da Faculdade Irecê – FAI; Docente do Curso Bacharelado em Farmácia da Faculdade Irecê – FAI

Introdução: Os serviços de *home care* são intervenções e cuidado ao paciente realizados por profissionais de saúde na residência deste. Nesse contexto, sabe-se que as doenças crônicas assumem grande parte da morbimortalidade na população, situação agravada quando os indivíduos afetados são portadores de deficiência física, o que limita o acesso aos serviços de saúde. **Objetivos:** Discorrer sobre a importância dos serviços de *home care* para atender pacientes com doenças crônicas e portadores de deficiência física. **Métodos:** Trata-se de uma revisão integrativa de literatura, com caráter qualitativo e descritivo, na qual foi realizada uma pesquisa por artigos que demonstrassem a importância dos serviços de *home care* para pacientes com doenças crônicas e deficiência física concomitante, foram selecionados 22 de um total de 149 artigos no idioma inglês disponíveis em periódicos indexados nas bases de dados de pesquisa acadêmica SciELO, Pubmed e BIREME em um recorte temporal de 10 anos (2010-2020) utilizando para isso os descritores: Home care Services; Disabled Persons para proceder a pesquisa. **Resultados:** O *home care* demonstra ser um serviço que assiste aos pacientes deficientes físicos e portadores de doenças crônicas de modo eficaz, isso foi descrito em muitos trabalhos que avaliaram a qualidade e o impacto da ação realizado por profissionais de saúde. As principais vantagens observadas foram que a assistência básica ao paciente no tocante a procedimentos e medicamentos se mostraram equitativas ou superiores aos serviços de atenção em estabelecimentos de saúde. A maior parte dos pacientes em que foram oferecidos os serviços são idosos que moram sozinhos ou em casa de repouso e que apresentam comorbidades metabólicas e neurodegenerações coexistentes a deficiência física, a união desses fatores limitam o acesso aos serviços de saúde e deixam dúvidas sobre o controle das doenças que precisam de cuidado especial e contínuo, por isso, a presença do profissional de saúde diretamente em contato com o paciente em sua residência contribuiu para que esses entraves fossem solucionados, além disso, a sensação de se sentir cuidado em meio a solidão que acompanha muitos, representa um importante resultado no âmbito psicossocial, algo enfatizado em diversos artigos **Conclusões:** Os serviços de home care têm relevância para saúde pública e infelizmente ainda têm pouca aplicação no Brasil, entretanto, diante do achado na literatura, os pacientes com deficiência física e comorbidades seriam beneficiados nesse contexto. Os artigos encontrados demonstram a presença e intervenção de enfermeiros e médicos que são essenciais nesse contexto, porém, nota-se que

estudos sobre os serviços farmacêuticos no *home care* para pacientes enquadrados nesse perfil ainda são limitados ou não são divulgados. Desse modo, o farmacêutico no âmbito das suas competências pode contribuir nesse cuidado através dos serviços farmacêuticos, incluindo o seguimento farmacoterapêutico para esse grupo de pacientes através do Tratamento Diretamente Observado (TODO) a fim de detectar, prevenir e resolver problemas relacionados a medicamentos (PRMs) existentes, além de pensar em estratégias junto a equipe multidisciplinar para garantir ao paciente segurança e conforto no âmbito da proteção da vida e recuperação da saúde em todos os níveis de atenção.

Palavras-chave: Assistência domiciliar; Pessoas com Deficiência; Doenças Crônicas.

ÁREA TEMÁTICA:

Saberes e práticas para inclusão da pessoa com deficiência

A ACESSIBILIDADE TEM LUGAR NA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA: um relato de experiência a partir de um estágio em Psicologia Organizacional e do Trabalho

Rebeca Fonseca de Souza[1]; Amanda Felipe de Oliveira Brandão[2]

[1]Graduanda em Psicologia pela Faculdade Irecê (FAI)
[2] Psicóloga e professora da faculdade Irecê (FAI)

Introdução: A Avaliação Psicológica é um processo cumum na área organizacional e como tal carece de minuciosidade antes durante e depois de cada etapa. Com isso, a padronização é considerada um método eficaz, o qual tende a regular o ambiente para fornecer ao candidato o maior conforto possível, cuidado esse salutar quando o público alvo se trata de pessoas com deficiência. **Objetivo:** Descrever uma experiência ocorrida no estágio em Psicologia Organizacional e do Trabalho quanto a importância da acessibilidade. **Métodos:** Trata-se de um estudo com abordagem qualitativa do tipo relato de experiência e caráter descritivo quanto a uma avaliação psicológica feita em um candidato com diagnóstico de luxação congênita na coxa. Tal experiência aconteceu em uma empresa de consultoria- campo de estágio em Psicologia Organizacional e do Trabalho- alocada no centro norte baiano. **Resultados:** Verificou-se que a acessibilidade é um fenômeno necessário de atenção em todas as etapas da avaliação, o que implica do estagiário em Psicologia Organizacional observação e escuta assertiva, díade essa possível de acesso por meio da articulação de um *rapport* articulado e focado no candidato para além da sua deficiência. Também foi verificado a relevância da disposição adequada dos objetos no ambiente, bem como a adesão de carteiras ergonômicas, e principalmente a oferta de tempo para que o candidato, caso esse considere importante, fale de como se sente na realização de atividades laborais diante das suas limitações físicas, haja vista que mais do que o exercício trabalhista a Psicologia Organizacional e do Trabalho foca no sujeito enquanto pluralidade e no profissional enquanto facilitador de inclusão. **Conclusões:** Considera-se que o objetivo desse estudo foi alcançado, cujos resultados reiteram a relevância de se estudar e praticar medidas que facilitem a acessibilidade na Avaliação Psicológica, cuja sujestão pode ser respondida por meio da formação de profissionais assertivos e sensíveis a causas ligadas à acessibilidade e consequentemente à inclusão.

Palavras-chave: Acessibilidade; Avaliação Psicológica; Psicologia Organizacional e do Trabalho.

A EXCLUSÃO SOCIAL DOS USUÁRIOS DE PSICOTRÓPICOS

Tamara de Jesus Souza[1]; Alessandra Marques Figuerêdo Souza[2]; Carine Lopes Calazans[3]; Claudilson Souza dos Santos[4]; Guilherme Bandeira Marins Candido[5]; Marcella Dourado Souza Silva[6];

[1]Discente do curso de Psicologia da Faculdade de Irecê – FAI

[2]Discente do curso de Psicologia da Faculdade de Irecê - FAI

[3]Orientadora da pesquisa e Docente do curso de psicologia da Faculdade de Irecê - FAI

[4]Docente do curso de Psicologia da Faculdade de Irecê - FAI

[5]Discente do curso de Psicologia da Faculdade de Irecê - FAI

[6]Monitora de Ensino de Métodos e técnicas de pesquisa em psicologia da Faculdade de Irecê - FAI

Introdução: A exclusão social é um fenômeno que se faz presente no decorrer dos séculos, a qual engloba o estigma e o preconceito diante do que não segue aos padrões criados na sociedade. Nesse sentido, tudo o que é encarado como divergente do estabelecido socialmente, é posto à margem. Com isso, pode-se citar usuários de psicotrópicos, os quais utilizam medicamentos com fins voltados para o tratamento de determinado transtorno mental, assim como para outros tipos de comorbidades não relacionadas a transtornos psiquiátricos. **Objetivo:** Identificar as consequências da exclusão social sofridas pelos usuários de psicotrópicos. **Métodos:** A metodologia desenvolvida neste trabalho se deu a partir de uma revisão bibliográfica de cunho qualitativo e exploratória, incluindo-se livros e artigos entre os anos de 2018 a 2020, e excluídos artigos que não contemplaram o objetivo esperado. **Resultados:** Diante dos estudos em sua fase inicial, pode-se conceber que os usuários de psicotrópicos, de maneira geral, sofrem de atitudes preconceituosas e excludentes, face à desinformação da sociedade quanto a real necessidade do uso dos fármacos por estes sujeitos. Assim, pressupõe-se que as manifestações preconceituosas e excludentes, sejam elas de cunho afetivo ou profissional, podem comprometer negativamente o seu desenvolvimento biopsicossocial. Desta forma, a exclusão ocorre tanto em casos de transtorno mental ou em outras demandas, como o uso de ansiolíticos que podem auxiliar também no distúrbio do sono. Devido à estigmatização da utilização de fármacos, falta aos indivíduos reconhecimento social e subjetivo, resultando em sofrimento advindo da falta de inserção social, até mesmo por fatores intrapessoais geradores de fobia social por prévia experiência estigmatizada, ou ainda receio de inserção ao meio, por rotulagem preconceituosa do medicamento em uso. **Conclusões:** Percebe-se

então que é crucial explorar as maneiras que os sujeitos com transtornos mentais têm de lidar consigo, permitindo que estes construam autonomia e assim consigam visualizar-se como seres capazes de serem aceitos individualmente e socialmente, à medida em que desconstroem e reconstroem a imagem formada ao longo da história a qual repercutiu no modo existencial que essas pessoas criaram de si.

Palavras-chave: Exclusão Social; Psicotrópicos; Usuários de Psicotrópicos.

A POSSÍVEL INOBSERVÂNCIA DAS COTAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NAS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS

Nádia Nazaré Dourado Passos[1]; Leonellea Pereira[2]

[1] Discente da Faculdade Irecê – FAI

[2] Docente da Faculdade Irecê – FAI

Introdução: A inserção de pessoas com deficiência no ambiente de trabalho do setor bancário ainda enfrenta dificuldades, requer cobranças e determinações judiciais em relação à contratação, manutenção do emprego e à acessibilidade. A abordagem sobre o desrespeito à Lei 8.213/91 (Lei de Cotas), por parte dos bancos faz referência à relevância deste instrumento para promoção de inclusão e ascensão das pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social no mercado de trabalho financeiro. **Objetivo:** Analisar a conduta das instituições financeiras no cumprimento da Lei de Cotas quanto a inclusão social da pessoa com deficiência. **Método:** Utilizou-se pesquisa bibliográfica e documental, de natureza exploratória com base em livros, artigos e periódicos concernentes a Lei das Cotas. **Resultados:** Percebeu-se que as instituições bancárias contrariam a legislação ao constatar que a exemplo da Caixa Econômica Federal, apenas 1,43% dos empregados contratados são pessoas com deficiência, quando a Lei de Cotas exige contratação mínima de 5% para uma empresa deste porte. Analisou-se, também, o descumprimento nos bancos privados, quanto à determinação da contratação de outra pessoa com deficiência para substituir o empregado demitido. Além disso, apesar da contratação, ainda há problemas de discriminação, preconceitos e condições de trabalho, direcionando esses trabalhadores a cargos e setores de baixa relevância na estrutura interna da instituição financeira, sem a menor condição de disputa e promoção na carreira bancária. Destacou-se que em 2019, às vésperas da celebração dos 28 anos da Lei de Cotas, a Justiça do Trabalho condenou a Caixa Econômica Federal a contratar duas mil e quinhentas pessoas com deficiência para se adequar à legislação, em Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal. Observou-se que apesar dos dados divulgados anualmente pela Federação Nacional dos Bancos indicando um crescimento da inclusão destes trabalhadores no setor bancário, o percentual total de pessoas com deficiência no ramo financeiro ainda não atingiu o mínimo estabelecido pela legislação vigente. **Conclusão:** A análise evidencia, que as grandes instituições bancárias desconsideram o cumprimento efetivo da resolução imposta pela legislação brasileira para as empresas com mais de mil funcionários, que na perspectiva dos Direitos Humanos, trata-se de uma conquista dos movimentos das pessoas com deficiência na tentativa de minimizar os efeitos históricos da desigualdade de oportunidades e garantir a inserção e a permanência no mercado de trabalho. Portanto, mostra-se urgente a efetivação do que preconiza a lei quanto a contratação, adaptação e ascensão de

pessoas com deficiência no ramo financeiro, principalmente, por se tratar de um dos setores mais lucrativos do país.

Palavras-chave: Inclusão social; lei de cotas; setor bancário.

A TECNOLOGIA ASSISTIVA COMO MEIO DE INCLUSÃO DE DEFICIENTE VISUAL: REFLEXÕES A PARTIR DO ENSINO SUPERIOR

Queila Caroline de Carvalho Araújo[1]; Claudilson Souza dos Santos[2].

[1] Discente do 5º Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia – UNEB/DCHT Campus XVI.

[2] Docente do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia – UNEB/DCHT Campus XVI.

Introdução: Há tempos, a pessoa com deficiência, tem sido vista por boa parte da sociedade, como sujeitos limitados e incapazes de realizar atividades em determinadas áreas, desacreditando em suas habilidades, inclusive no âmbito educacional. Todavia, há de se considerar as potencialidades destes sujeitos, os quais em muitos casos, precisam apenas de ferramentas e formação que os inclua nas atividades e produza seus conhecimentos. Esta é uma das funções da Universidade, oportunizar o uso de tecnologias assistivas na tentativa de promover a inclusão das pessoas deficiência visual, com vistas ao pleno desenvolvimento de ações comunicativas, da informação e produção do conhecimento. **Objetivo:** Refletir sobre as possibilidades de inclusão educacional a partir das tecnologias assistivas no ensino superior. **Métodos:** A metodologia deste estudo partiu de observação participante através de pesquisa-ação, numa abordagem qualitativa, subsidiando a produção deste relato de experiência, a partir da vivência discente no Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus XVI/Irecê – Bahia, entre 2018 e 2019. **Resultados:** Considerando a vivência enquanto discente no ensino superior, e das observações na Associação de Deficientes Visuais de Irecê e Região – ADEVIR, foi possível perceber a inclusão dos deficientes visuais a partir do uso das tecnologias assistivas, a exemplo dos *softwares* NVDA e TALKBACK, os quais oportunizam a leitura de textos em formato PDF, sendo bastante eficientes no auxílio à inclusão em diferentes tipos de deficiência visual. Todavia, ainda há um grande desconhecimento, tanto pelos profissionais da educação, quanto pelas próprias pessoas com deficiência, o que por vezes, ocorre devido aos custos inviáveis para a maioria da população, situação que poderia ser resolvida, com a implementação de políticas públicas de acessibilidade, divulgação desses equipamentos e programas e formação aos usuários e profissionais. Embora um dos papeis da Universidade seja o ensino, muitas vezes, esta não está preparada eficientemente para oportuniza-lo com os deficientes visuais, principalmente com o a utilização das tecnologias assistivas, quer pelo despreparo de muitos professores e técnicos ou pela falta de recursos tecnológicos, situação constatada neste período de vivência acadêmica na UNEB/DCHT Campus XVI, cujas lacunas, foram amenizadas pela ADEVIR, a qual mesmo diante das suas limitações com recursos humanos, tem promovido a inclusão socioeducacional,

atendendo tanto a comunidade acadêmica, quanto a demanda social. **Conclusões:** Portanto, pode-se concluir que é possível oportunizar condições de acesso adequado à pessoa com deficiência visual, utilizando todos os recursos disponíveis, superando dessa forma, todas as barreiras impostas e descontruindo os preconceitos de limitações e impossibilidades desse público, que ao contrário, apresenta plenas condições de inclusão e de aprendizagem.

Palavras-chave: Deficiência Visual, Tecnologia, Inclusão.

ACESSIBILIDADE COMO PARAMETRO PARA PERMANÊNCIA DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS NA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR.

Isabella Guedes da Rocha [1]; Rayssa Kamila Gonçalves Soares[2]; Romário Mendes Miranda [3]; Stéfane Carvalho Oliveira Machado [4]; Kawany Recífene Batista Matias [5]; Simone Carneiro de Santana [6]; Marla Sobral de Souza[7]; Vanderlam Souza dos Santos[8]

[1] Unidade de Ensino Superior de Feira de Santana (UNEF)

[2]Centro Universitário Regional do Brasil (UNIRB)

[3] Centro Universitário Regional do Brasil (UNIRB)

[4] União Metropolitana de Educação e Cultura (UNIME)

[5] Unidade de Ensino Superior de Feira de Santana (UNEF)

[6] Unidade de Ensino Superior de Feira de Santana (UNEF)

[7] Unidade de Ensino Superior de Feira de Santana (UNEF)

[8] Unidade de Ensino Superior de Feira de Santana (UNEF)

Introdução: Atualmente é notável o crescimento da quantidade de alunos especiais com alguma deficiência que ingressam no ensino superior, em busca de uma melhor oportunidade de vida, buscam na universidade uma qualificação. Porém o ambiente que recebe esses alunos muitas vezes não está preparado estruturalmente nem pedagogicamente para o acolhimento dos mesmos, sendo assim suas necessidades e direitos não são completamente supridos. Durante muito tempo, essas pessoas eram classificadas como indivíduos a beira de grupos sociais em vulnerabilidade, porém com oportunidades de acesso a educação essa situação vem mudando, pois, os direitos a igualdade e cidadania tiveram uma maior visibilidade e com isso uma maior inserção dos mesmos nas universidades, frequentando os mais diferentes tipos de cursos que são ofertados. **Objetivos:** Realizar uma revisão de literatura, analisando a evasão e os principais problemas encontrados por portadores de necessidades especiais em instituições de ensino superior no Brasil **Metodos:** A pesquisa em questão, é de caráter exploratório-descritivo, tem como objetivo principal a inclusão de alunos com deficiência na educação superior, onde a partir de dados obtidos de estatísticas oficiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP 2017). **Resultados:** Nota-se na literatura um alto número de matrículas realizadas em instituições privadas seja por questões pessoais ou até mesmo pela questão das instituições em dias atuais estão se adequando as políticas públicas de inclusão a deficientes físicos, onde as mesmas

devem fazer desde adaptações arquitetônicas a até mesmo disponibilizar tutores para o graduando se houver necessidade.. **Conclusões:** Com isso observa-se que com o avanço dos direitos a inclusão de alunos com deficiência dentro do ambiente universitário pode ocorrer mas para que isso ocorra de forma integrativa é necessário que haja uma cooperação entre as partes da educação, política e gestão, para que assim possa atuar de maneira completa, levando ao maior número de alunos as universidades aumentando assim a inclusão. Assegurando a estas pessoas uma vida digna e com o direito de exercer a profissão que tanto almeja.

Palavras-chave: Educação; Pacientes com Necessidades Especiais; Inclusão.

ADEVIR: *LOCUS* DE INCLUSÃO SOCIAL E LUTA PELA PROMOÇÃO DE DIREITOS HUMANOS DOS DEFICIENTES VISUAIS NO TERRITÓRIO DE IRECÊ

Márcus Vinícius Gomes Moreira[1]; Claudilson Souza dos Santos[2].

[1] Discente do Curso de Psicologia da Faculdade Irecê – FAI.

[2] Docente de Políticas Educacionais da Universidade do Estado da Bahia – UNEB/DCHT Campus XVI.

Introdução: Nos últimos tempos, a discussão entorno da inclusão das pessoas com deficiência tem despertado debates, reflexões e ações, que acabam provocando a sociedade quanto a necessidade de engajamento na luta pela garantia dos direitos humanos e de inclusão social, a exemplo das pessoas com deficiência visual, a partir da Associação de Deficientes Visuais de Irecê e Região – ADEVIR. **Objetivo:** O presente estudo tem como objetivo refletir sobre as ações da ADEVIR enquanto *lócus* de inclusão social e luta pela promoção dos direitos humanos dos deficientes visuais do Território de Irecê. **Métodos:** A metodologia dessa pesquisa parte de uma observação participante, com abordagem qualitativa, durante a participação enquanto discente na realização de estágio básico curricular do Curso de Psicologia, da Faculdade Irecê – FAI, em 2019, e enquanto docente de Estágio nos Espaços Não Formais de Educação, do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia – UNEB/ Campus Irecê, também em 2019, cujos dados levantados e analisados partiram da descrição reflexiva sobre as temáticas predefinidas por meio de roteiro. **Resultados:** Como resultados o estudo constata que a ADEVIR se configura de fato enquanto espaço de inclusão social dos deficientes visuais da região de Irecê, promovendo diversas ações políticas, sociais, educativas e culturais, além de elevar a auto-estima dos membros associados diante da situação da perda da visão, quer plena ou parcial, preparando-os para a luta dos seus direitos e a reinserção social enquanto cidadãos que re-aprendem a conviver com tal deficiência. Também, a Associação é um espaço de treinamento à acessibilidade junto aos seus membros, a partir da realização de oficinas: mobilidade, tecnologias assistivas, integração e socialização, artesanato, dentre outras. **Conclusões:** Portanto, é possível concluir que as ações desenvolvidas na ADEVIR, fortalecem a política de inclusão social e de luta pela garantia dos direitos humanos dos deficientes visuais, o que suscita a ampliação futura desse estudo, a fim de compreender outros elementos ainda não apontados aqui.

Palavras-chave: Inclusão social, Deficiência Visual, Direitos Humanos.

ADEVIR: TRIBUNA QUE POSSIBILITOU VEZ, VOZ E VIDA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA VUSUAL DA REGIÃO DE IRECÊ

João Batista Cordeiro da Silva[1]; Maria da Conceição Araújo Correia[2]; Rodrigo Oliveira Damasceno[3;] Rosângela Da Silva Evangelista[4]

[1] ADEVIR (Associação dos Deficientes Visuais de Irecê e Região)

[2] Faculdade Irecê – FAI

[3] Faculdade Irecê - FAI

[4] ADEVIR (Associação dos Deficientes Visuais de Irecê e Região)

Introdução: O movimento da inclusão vem sendo fortalecido a partir dos movimentos internacionais e nacionais, tendo como marco histórico a Declaração de Salamanca ocorrida no ano de 1994, com o objetivo de promover uma educação para todos e com todos, contando com mais de 300 participantes representantes de vários governos, na perspectiva de desenvolver as diretrizes para uma educação inclusiva. No que se refere deficiência visual, uma pessoa é considerada cega quando há perda total ou parcial da visão, mesmo após intervenção cirúrgica ou com o uso de lentes de contato. Assim, a pessoa com deficiência visual possui uma percepção do mundo diferente das pessoas que possuem acesso a visualidade, isso não diz que são melhores ou piores, apenas que a forma que percebe, aprende e organiza o conhecimento é diferente dos videntes. **Objetivos**: Relatar a experiência da criação da ADEVIR (Associação dos Deficientes Visuais de Irecê e Região) com a perspectiva de promoção de vez, voz e vida a pessoa com deficiência visual da Região de Irecê. **Metodologia**: Trata-se de um estudo qualitativo em forma de Relato de Experiência. No dia 31 de julho do ano de 2000, foi ofertado pela escola Fundação Bradesco um curso de informática básica para pessoas com deficiência visual, sob a coordenação de uma professora da instituição. **Resultados**: O grupo de pessoas envolvidas na ação foram inspirados e motivados a criar e fundar um dos maiores movimentos sociais já visto nessa região. O movimento social da pessoa com deficiência visual da região de Irecê (ADEVIR) buscando um legado maior, fortalecendo através de cursos, terapias, vivência e exemplos de vida que fortalece a mente daqueles que chegam em busca de auxílio e força para acreditar em si próprio e tendo por parte dessa instituição uma oportunidade, muito mais do que capacitar-se, preparando para a luta, buscando reverberar os ideais de frei Beto quando escreveu nas primeiras palavras da obra literária de Paulo Freire ‘Pedagogia do Oprimido” assim escreveu “Na vida a condição de lutar é primordial toda via é imprescindível pra vencer um combate se apropriar das armas capazes de trazer essa vitória O CONHECIMENTO”. Neste sentido, os operários que sempre lutaram e lutam por uma sociedade alicerçada na igualdade e dignidade humana, cobraram de forma respeitosa e digna os seus direitos. Foram tantas conquistas ao longo dos

últimos 20 anos, como o direito a escola, ocorrida no dia 05 de agosto do ano de 2001 que, de maneira provocativa, convidou o então secretário de educação da época, professor Celso Loula Dourado, recebeu a solicitação de que os pais e mães que se faziam presentes queriam ter o mesmo direito de levarem e buscarem seus filhos na escola, em decorrência disso, no ano subsequente 9 pessoas com deficiência visual já exerciam o direito de cidadania tendo acesso ao letramento e oportunidade de educar-se, pois na sociedade contemporânea a escola é um dos únicos aparelhos ideológicos capaz de evoluir o indivíduo e a sociedade. **Conclusão**: A ADEVIR se apresenta para a pessoa com deficiência visual da região de Irecê como espaço de Construção ou reconstrução de sonhos, permitindo que todos possam partilhar e vivenciar momentos de esperança, autonomia e, sobretudo, esperar uma nova fonte inspiradora que de forma direta lhes dará uma motivação e razão para acreditar com todas as limitações impostas pela cegueira, o desenvolvimento pessoa e profissional é possível e viável.

Palavras-chave: Pessoa com deficiência visual; Inclusão; Educação

ANÁLISE DAS INTERVENÇÕES DE ENFERMAGEM APLICADAS FRENTE AO QUADRO CLÍNICO DE FIBROSE CÍSTICA.

José Cleyton de Oliveira Santos[1]; Luan dos Santos Fonseca[1]; Beatriz Correia Carvalho[1]; Laíse Luemmy de Lima Ferreira[1]; Rivando da Anunciação Alves[1]; Karla Yasmim de Andrade Santana[1].

[1] Universidade Federal de Sergipe, Lagarto, Sergipe, Brasil.

Introdução: A fibrose cística é uma patologia genética crônica caracterizada por manifestações clínicas que afetam o sistema respiratório e limita a funcionalidade do indivíduo. É uma doença que possui caráter genético e que afeta os indivíduos levando a prejuízos na sua qualidade de vida. Desse modo, a equipe de enfermagem atua diagnosticando os fenômenos biopsicossociais que afetam o processo patológico e intervindo na contribuição para a realização da reabilitação, tratamento e promoção de saúde. **Objetivo**: Identificar na literatura científica intervenções de enfermagem aplicadas frente ao quadro clínico de Fibrose Cística. **Métodos**: Trata-se de uma revisão integrativa de literatura que possui como questão norteadora: ‘’Quais as intervenções de enfermagem aplicadas para a promoção do cuidado frente ao paciente com o quadro clínico de Fibrose Cística?’’. Foram utilizados os descritores ‘’fibrose cística’’, ‘’diagnósticos de enfermagem’’ e ‘’cuidado de enfermagem’’, com o auxílio do operador booleano AND. As bases de dados selecionadas foram MEDLINE, LILACS e BDENF, inicialmente foram obtidos 59 artigos, com a aplicação dos filtros, disponíveis na íntegra, português, espanhol e inglês, esse número se reduziu a 13. Por fim, foi realizada a leitura dos títulos e resumos e leitura na íntegra, resultado em 3 artigos incluídos no estudo. **Resultados**: O intervalo de publicação dos estudos foi de 2018 a 2012, sendo todos publicados em periódicos nacionais e de enfermagem. Diante os artigos, é possível notar o papel holístico desempenhado pelo profissional frente esse quadro clínico, ações como auxílio na triagem neonatal, apoio aos fatores biopsicossociais que envolvem o núcleo familiar, ao possuir um indivíduo diagnosticado com Fibrose Cística, e análise do impacto dessa alteração no quadro clínico da pessoa afetada, incluindo intervenções frente ao seu desenvolvimento, resiliência e qualidade de vida, são as principais atividades desempenhadas pelos profissionais de enfermagem diante esse quadro genético. **Conclusão**: As manifestações clínicas da Fibrose Cística afetam consideravelmente a qualidade de vida do paciente, desse modo, o profissional de enfermagem atua de modo holístico para promover a assistência. A literatura ainda carece de aspectos relacionados a atuação específica desses profissionais, visto que algumas das técnicas citadas no estudo também podem ser desempenhadas pela equipe multiprofissional, desse modo, cabe a necessidade de mais estudos para o aprimoramento da temática.

Palavras-chave: Fibrose cística; Enfermagem; Cuidado de Enfermagem.

AS POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO SUPERIOR

Maria Luiza Rodrigues dos Santos[1]; Carícia Maria dos Santos[2]; Cassandra Pio Barreto[3]; Claudilson Souza dos Santos[4]; Elange Magdala Pacheco Rocha[5]; Kelly Alves dos Santos[6].

[1] Discente do 5º semestre do Curso de Psicologia da Faculdade Irecê (FAI)

[2] Discente do 5º semestre do Curso de Psicologia da Faculdade Irecê (FAI)

[3] Discente do 5º semestre do Curso de Psicologia da Faculdade Irecê (FAI)

[4] Docente da Faculdade Irecê (FAI)

[5] Discente do 5º semestre do Curso de Psicologia da Faculdade Irecê (FAI)

[6] Discente do 5º semestre do Curso de Psicologia da Faculdade Irecê (FAI)

Introdução: A deficiência visual é caracterizada pela limitação ou perda das funções básicas do sistema visual. Diante disso, a educação inclusiva vem ganhando espaço em todas as modalidades de ensino, graças a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), a qual assegura às pessoas com necessidades especiais, o direito à educação. Assim, as instituições de ensino devem se adaptar, capacitando seus recursos humanos, materiais didáticos e estrutura física e tecnológica a fim de promover a inclusão efetiva desses sujeitos ao processo de ensino, perseguindo os princípios de autonomia e independência nas atividades cotidianas. **Objetivos:** Analisar os desafios e possibilidades de inclusão do aluno com deficiência visual no ensino superior. **Métodos:** Este estudo partiu de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativo, através da consulta de publicações dos últimos cinco anos, nas bases de dados Scielo, PePsic e LILACS, por meio dos descritores inclusão, deficiência visual e ensino superior, a partir de combinações com os operadores booleanos AND, OR, NOT e a definição dos critérios de inclusão e de exclusão, de modo a se efetivar a filtragem da pesquisa. **Resultados:** Como resultados, observou-se que a inclusão dentro do âmbito acadêmico pode ser percebida a partir da instalação de piso tátil, salas de apoio equipadas com máquinas de escrever e impressoras em braille *perkins next* e a oferta de tecnologias assistivas como: softwares e hardwares especiais, que ampliam a tela para melhorar a visualização das pessoas com baixa visão; os sistemas NVDA e jaws, os quais permitem navegar pela internet; o navegador DOSVOX, que funciona através de um comando de voz; e os aplicativos de áudio-descrição, que assumem o papel de transmitir a informação ao cego. Logo, face às possibilidades de acesso e inclusão ao aluno deficiente visual, é importante que a universidade se mobilize no sentido de atender as demandas desses estudantes, oportunizando-lhes acesso e inclusão, a partir de adequação tanto da estrutura

física, quanto de materiais didáticos adequados, da preparação dos professores e demais técnicos, promovendo dessa forma, a devida acessibilidade e inclusão desses sujeitos. **Conclusões:** Portanto, a chegada do aluno deficiente visual na universidade é uma importante conquista social o que a coloca diante de responsabilidade e compromisso com a promoção do acesso, da inclusão, da permanência e do sucesso desse sujeito detentor de direitos fundamentais. Diante disso, este estudo contribui para pesquisas futuras, vez que os resultados aqui mencionados ainda são incipientes e carecem de ser ampliados.

Palavras-chave: Inclusão; Deficiência Visual; Ensino Superior.

ASSISTÊNCIA DE ENFERMGEM PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Adelia Matos Pontes[1];Brenda da Rocha Carvalho[1]; Giovana Alecrim Rocha[1]; Kelle Karolina Ariane Ferreira Alves[1]; Edilson da Silva Pereira Filho[1]; Cíntia Ferreira Amorim[1]; Lívia Dourado Leite[1]

[1] Faculdade Irecê (FAI)

Introdução: As pessoas com deficiência (PcD) possuem algum impedimento de natureza física, intelectual ou sensorial, essas retêm o direito a atenção integral a saúde, através do Sistema Único de Saúde (SUS) com atendimento digno e respeitoso. No entanto, destaca-se a dificuldade existente no processo de acessibilidade das PcD aos serviços de saúde, ocasionada pela baixa capacitação dos enfermeiros interferindo no processo de acolhimento e consequentemente no atendimento de qualidade, comprometendo a inserção de tais indivíduos nos serviços. **Objetivos:** Compreender a assistência de enfermagem para Pessoas com Deficiência com base na legislação vigente. **Métodos:** Trata-se de uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa, realizada na base de indexação Scielo *(Scientific Electronic Library Online*), utilizando como descritores: Enfermagem, Pessoa com Deficiência e Integralidade em Saúde, de maneira dissociada e em conjunto através do operador booleano AND, os artigos selecionados inclui publicações entre os anos de 2016 a 2020, correlaciona-se com o tema proposto totalizando 03 artigos, 01 portaria, o site e uma cartilha fornecida pelo Ministério da Saúde, realizou-se a exclusão de 04 artigos por não apresentar aderência ao tema. **Resultados:** A habilitação e reabilitação da PcD compreende um conjunto de medidas e serviços que amplia o desempenho dos indivíduos, desenvolvendo aptidões cognitivas, sensoriais e psicossociais, essa habilitação/reabilitação necessita de abordagem multiprofissional no processo de cuidado. A Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência, instituída pela Portaria nº 1.060 de 2002, garante a inclusão das PcD em toda a rede de serviços do SUS, tendo como diretrizes a promoção da qualidade de vida, assistência integral à saúde, prevenção de deficiências, ampliação e fortalecimento de informação, organização e funcionamento dos serviços e a capacitação de recursos humanos. Já a portaria 793/2012 apresenta em suas diretrizes, no artigo 2, sobre o funcionamento da rede de cuidados à pessoa com deficiência, de forma explícita a garantia de acesso e de qualidade dos serviços, ofertando cuidado integral e assistência multiprofissional, sob a ótica interdisciplinar, com isso faz-se necessário que os profissionais de saúde prestem uma assistência integral e contínua às pessoas deficientes, não mantendo foco apenas na reabilitação. Cabe ao enfermeiro refletir sobre uma abordagem direcionada a PcD, visto que, também possui direitos, capacidade criativa e para planejar e gerenciar seu cuidado. Neste contexto o planejamento dos cuidados de enfermagem devem serem pautados na melhoria do bem estar o paciente e da família com a finalidade de trocar experiências no cuidado diário. Além do cuidado

direto a PcD, o enfermeiro é o elo entre a equipe multiprofissional, coordenando a integração das práticas propostas ao paciente. **Conclusões:** É notório que as diretrizes e portarias de atendimento as PcD requerem uma atenção multiprofissional capacitada, ressalta a relevância da atuação do enfermeiro nesse contexto, na promoção de uma atenção global e continuada em saúde, porém, ainda existe dificuldade na acessibilidade ao serviço e um programa de capacitação direcionada aos profissionais, afim de melhorar a abordagem e terapêutica das PcD.

Palavras-chave: Enfermagem; Pessoas com Deficiência; Integralidade em Saúde

ASSISTIR: OS DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A INCLUSÃO DOS SURDOS NO TERRITÓRIO DE IRECÊ

Jaine Pereira dos Santos Souza[1];**Taís Alves Barboza**[2]; Maria da Conceição Araújo Correia[3];

[1] Faculdade Irecê – FAI e Universidade do Estado da Bahia – Campus XVI - Irecê

Introdução: A história dos deficientes na sociedade, foi construída com vários movimentos legais para a inclusão dessa parcela da sociedade que era segregada, mas com lutas surgiram as conquistas, as leis de inclusão, as políticas públicas, a cultura surda fez parte dessas conquistas, na busca pela inclusão e principalmente na melhor maneira para seu ensino e comunicação, em 1880 houve um marco histórico para a educação dos surdos, o Congresso de Milão, a qual era defendido duas maneiras para o melhor ensino dos surdos, a comunicação por sinais ou o oralismo, e assim com muitas lutas conseguiram a inserção da Língua de Sinais, no Brasil a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), constituída como Língua pela lei 10.436 de abril de, sendo reconhecida como segunda língua oficial brasileira, e como a língua materna do surdo. Em 2005 foi criado o Decreto nº 5.626 que regulamenta lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. **Objetivos:** Compreender os desafios e possibilidades da associação e os processos para a inclusão dos surdos no território de Irecê. **Métodos:** Foi uma pesquisa qualitativa, a coleta de dados foi o questionário com questões abertas e uma entrevista. **Resultados:** A ASSISTIR-Associação para Inclusão de Surdos do Território de Irecê, foi fundada em 26 de setembro de 2017 com o intuito educativo, de incluir os surdos da região de Irecê, sem fins lucrativos, está lutando e buscando para que os surdos do território tenha a possibilidade de inclusão nos diversos espaços, e que a comunicação com o surdo aconteça de fato através da Libras. O grande desafio para inclusão tem sido despertar nos familiares o interesse em buscar novas possibilidades de inclusão dos surdos, tendo em vista que a crença de que os filhos surdos são incapazes, e que precisam se conformar com a situação, outro grande desafio citado por um dos nossos participantes é de sensibilizar os gestores públicos da necessidade de cumprir a lei, o que em sua opinião é inaceitável que a lei só exista no papel. A Diretora da associação nos explica que a ASSISTIR, de modo ainda discreto tem apoiado os surdos em demandas emergenciais, com maior frequência na área de educação e saúde, junto aos órgãos públicos. Menciona também como uma conquista importante no município de Irecê em parceria com o ministério público, a presença do intérprete de Libras em todas as salas de aula com aluno surdo, seja na rede Municipal e Estadual desde 2015.**Conclusões:** Este trabalho foi de suma importância para nossa formação acadêmica, social e humana. Acreditamos que este fez com que refletirmos sobre as necessidades de cada um, e partimos para o pensamento que o direito do outro importa, pensar nos processos de inclusão dos surdos nos leva a compreender a importância da necessidade de falarmos sobre

isso. Indicamos esse trabalho a todos os pedagogos, professores e demais profissionais que buscam conhecer um pouco sobre a comunidade surda. É fundamental que profissionais da educação, da saúde e demais, busquem aprender mais sobre a comunidade surda, aprender a Libras e que tenhamos conhecimento da importância de reconhecer a Língua de Sinais Brasileira como língua materna dos surdos.

Palavras-chave: ASSISTIR; Inclusão; Libras.

ASSOCIAÇÃO DE DEFICIENTES VISUAIS DE IRECÊ (ADEVIR): RELATO DE PRÁTICA DE ESTÁGIO BÁSICO I

Alana Sobral Souza[1]; Amanda Pereira Leite[2]; Luciane Medeiros Machado [3];

[1] Discente do curso de Psicologia da Faculdade Irecê FAI
[2] Discente do curso de Psicologia da Faculdade Irecê FAI
[3] Docente do curso de Psicologia e Farmácia da Faculdade Irecê FAI

Introdução: A instituição é definida por Bleger (1984) como uma organização de caráter público ou semi-público que parte do princípio de que um grupo diretório e comumente um edifício ou estabelecimento físico de alguma índole destinada a servir a algum fim socialmente reconhecido e autorizado. A ADEVIR surgiu no sertão da Bahia como pioneira em defender as causas dos cegos e, por conseguinte as pessoas que possuem baixa visão, propondo aos poderes públicos, vago em instituições escolares públicas, trazendo um novo alento àqueles que por muito tempo viveram no mais profundo processo de exclusão. Essa instituição se apresentou no espaço social com o intuito de combater o preconceito, a discriminação e a exclusão social que os cegos da região de Irecê se encontravam, e assim será por toda sua existência uma lutadora por uma sociedade que vê no outro alguém igual a si mesmo. **Objetivos:** Entender a dinâmica institucional; Compreender a interação e socialização entre os integrantes; Aplicar um plano de ação. **Métodos:** Para realização do estágio foi feito contato, estabeleceu-se vínculo e iniciaram-se as observações que subsidiaram as análises e elaboração do plano de ação, no entanto foram observados adolescentes adultos e idosos, em contexto de inclusão e interação do deficiente visual na comunidade. Para realização da prática de estágio utilizou-se de uma entrevista não estruturada para levantar informações sobre o campo, junto a psicóloga da instituição. Além do método quantitativo para levantar os dados obtidos no campo e retirar um resultado final sobre sua variável, frequência e porcentagem. **Resultados:** Em relação ao ambiente da ADEVIR é um local receptível para visitantes, usuários do campo e profissionais. De acordo com visitas diárias pode-se perceber que é um ambiente com decisões ocultas e restritas entre profissionais. Sendo assim, foi realizado um calculo de frequencia para obtenção dos comportamentos dos indivíduos na instituição, como: interação entre os membros (35%) conversando, jogando, brincando; seguido de cumprimento de normas institucionais (18%), como acompanhar os usuários, orientar os membros, a postura profissional foi (12%) diante das atividades com os usuários, seguido de autonomia dos usuários (12%) que recebem as visitas na porta, autonomia para se locomover; espaço físico (12%) onde há salas adequadas com equipamentos novos para realização de atividades; atividade física (6%) realização de exercícios e por fim pouca adesão de atividades (6%) onde há poucas pessoas que praticam. Por fim, foi elaborado um jogo de dominó com o objetivo de

aprimorar a interação, em que as pedras eram revestidos por sete tipos de texturas, onde ia da mais lisa à mais áspera, e que ao tocar no jogo, os deficientes visuais sentiam a textura e então encontravam a peça certa para encaixar na qual queria. **Conclusões:** Assim sendo, o trabalho teve como ênfase em geral ressaltar o conceito de interação e socialização dentro da associação, e dentre isso, podemos observar que realmente tudo o que um grupo obtenha em convívio diário e de bons cuidados pode integrar e desenvolver bons relacionamentos e comunicação assertiva entre os mesmos.

Palavras-chave: Adevir; Interação; Prática.

AUTISMO E APRENDIZAGEM COMPORTAMENTAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOB A ÓTICA DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO

Girlene Souza Pinho[1]; Camila de oliveira Sousa[2]

[1] Discente Faculdade Irecê- FAI
[2] Docente Faculdade Irecê- FAI

Introdução: O transtorno do espectro autista (TEA) é um transtorno do neurodesenvolvimento, caracterizado essencialmente por dificuldades na capacidade de comunicação e interação social, bem como pela presença de interesses restritos e repetitivos. Sua manifestação acarreta em prejuízos nas diferentes áreas da vida do sujeito, impactando no seu funcionamento social, familiar e acadêmico. A estimativa de prevalência norte-americana do TEA é de 1 em 54 crianças, também é 4,3 vezes mais prevalente entre meninos do que entre meninas. **Objetivo:** O presente trabalho visa relatar uma experiência acerca das intervenções realizadas enquanto auxiliar terapêutica (AT) para um aluno de quatro anos, com TEA matriculado na educação infantil em uma escola da rede privada de ensino. **Métodos:** Trata-se de um estudo descritivo do tipo relato de experiência. As atividades foram desenvolvidas no turno vespertino, durante os meses de julho a dezembro de 2019 em uma instituição de ensino localizada no município de Irecê-Ba. **Resultados:** O espaço educacional se configura como um instrumento para as transformações do aprendizado, uma vez que proporciona interação entre os sujeitos e possibilita realizar ações visando a evolução e o fortalecimento da aprendizagem dos atores envolvidos. À vista disso, a mediação do aprendizado de comportamentos mais adaptativos por parte da criança no ambiente escolar ocorreu por meio da ajuda de uma auxiliar terapêutica. Tornou eficaz o uso de métodos e técnicas baseados nos princípios da análise aplicada do comportamento (ABA), visto que a apresentação de evidências científicas corrobora para a indicação desta prática, realizada sob supervisão. Ao utilizar a ABA, faz-se necessário compreender as variáveis ambientais que controlam o comportamento, tornando-se indispensável conhecer e realizar o procedimento de avaliação funcional, que consiste na análise dos eventos específicos do ambiente que antecedem e sucedem o comportamento, buscando compreender qual é a função das ações realizadas. Dessa forma, evidencia-se que a modificação do comportamento ocorre por meio de alterações no ambiente, as quais possibilitam o aprendizado de formas específicas de comportamento a partir do arranjo das contingências reforçadoras, com vistas à generalização. Ademais, o aprendizado de um adequado repertório comportamental com base em ABA requer também o planejamento de um modelo de ensino baseado nas necessidades do aprendente, colocando em evidência seus déficits e excessos. Por fim, é importante ressaltar que os principais objetivos dessa intervenção se constituem na ampliação do repertório do sujeito, visando progresso no desenvolvimento de habilidades específicas e a diminuição de comportamentos

que causam prejuízos à qualidade de vida. **Conclusões:** Tal atividade contribuiu para a construção e o aprimoramento do conhecimento a respeito do autismo, bem como para o desenvolvimento de algumas habilidades e competências necessárias para a atuação profissional do psicólogo.

Palavras-chave: Autismo; Aprendizagem; ABA.

CONTRIBUIÇÃO DA ODONTOLOGIA NO PAPEL DE RESSOCIALIZAÇÃO NO HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO DE SALVADOR: Relato de Experiência

Romário Mendes Miranda[1]; Rayssa Kamila Gonçalves Soares[2]; Stéfane Carvalho Oliveira Machado[3]; Kawany Recífene Batista Matias[4]; Simone Carneiro de Santana [5]; Isabella Guedes da Rocha[6]; Marla Sobral de Souza[7]; Vanderlam Souza dos Santos[8]

[1] Centro Universitário Regional do Brasil (UNIRB)

[2]Centro Universitário Regional do Brasil (UNIRB)

[3] União Metropolitana de Educação e Cultura (UNIME)

[4] Unidade de Ensino Superior de Feira de Santana (UNEF)

[5] Unidade de Ensino Superior de Feira de Santana (UNEF)

[6] Unidade de Ensino Superior de Feira de Santana (UNEF)

[7] Unidade de Ensino Superior de Feira de Santana (UNEF)

[8] Unidade de Ensino Superior de Feira de Santana (UNEF)

Introdução: O sistema prisional aborda um problema de saúde pública em todo o mundo, pela sua natureza, a extensão do problema e significância para a sociedade. Os detentos, privados da liberdade e do convívio social, muitas vezes estão vivendo em um ambiente hostil e precário. A superlotação, violência, má qualidade de alimentação e assistência médica e odontológica ferem a dignidade do condenado influenciando na ineficácia no processo de ressocialização, já que estes pacientes além de estarem custodiados, apresentam consigo além dos transtornos mentais, em alguns casos, algum tipo de deficiência associado como a física, auditiva ou visual. **Objetivos:** Relatar a experiência de um estagiário de odontologia durante um ano (2018/2019) no Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, localizado em Salvador, observando e explanando os principais tipos de agravos bucais nesse âmbito, e qual a conduta frente a estes pacientes, como também a importância do atendimento odontológico no processo de ressocialização destes indivíduos. **Resultados:** Percebe-se a grande necessidade do atendimento odontológico, e entre os principais problemas bucais estão, restos radiculares, doença periodontal, grande incidência de cárie, e falta de informação quanto a higiene oral. Nota-se que a falta de estrutura física, ausência de profissionais especializados para lhe dar com este público, torna-se um problema que pode ocasionar diretamente em falhas no processo de ressocialização e de inserção destes, novamente no meio social. **Conclusões:** Apesar do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário ser um programa do Sistema Único de Saúde, nem todos os custodiados são contemplados

com o princípio da universalidade, já que não são todos eles que recebem os cuidados à saúde e especialmente à saúde bucal de maneira equitativa, como está previsto na Constituição Federal Brasileira.

Palavras-chave: Saúde Coletiva, SUS, Odontologia.

CONTRIBUIÇÕES DA NEUROPSICOLOGIA PARA A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TDAH

Alefi Alencar Teixeira de Jesus[1]; Carlos André Barreto de Jesus Alencar[2]; Claudilson Souza dos Santos[3]; Kelly Alves dos Santos[4]; Kananda Pereira Pimenta[5] Maressa Souza Neiva[6]; Tais da Cunha Silva[7].

[1]Discente do 5º semestre de Psicologia da Faculdade Irecê – FAI;

[2]Discente do 5° semestre de Psicologia da Faculdade Irecê – FAI;

[3]Docente do Curso de Psicologia da disciplina de Métodos e Técnicas de Pesquisa em Psicologia da Faculdade Irecê – FAI;

[4]Discente do 5° semestre de Psicologia da Faculdade Irecê – FAI;[5]Monitora de Ensino de Métodos e Técnicas de Pesquisa em Psicologia da Faculdade Irecê – FAI;

[6]Docente do Curso de Psicologia da disciplina de Neuropsicologia da Faculdade Irecê – FAI;

[7]Discente do 5º semestre de Psicologia da Faculdade Irecê – FAI;

Introdução: O transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) é um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado pela presença de desatenção, hiperatividade e/ou impulsividade, cujos sintomas geralmente iniciam na infância e acompanham o indivíduo ao longo da vida. De acordo com o DSM – V (APA, 2013), o diagnóstico do TDAH é clínico e realizado por meio da análise funcional do desenvolvimento comportamental e cognitivo, este último operado a partir da neuropsicologia, que tem auxiliado no processo de inclusão educacional das pessoas com tal transtorno. **Objetivo:** Identificar as possíveis contribuições da Neuropsicologia para a inclusão de crianças diagnosticadas com TDAH. **Métodos:** Este estudo surgiu a partir de uma pesquisa bibliográfica narrativa, com abordagem qualitativa, do tipo exploratória. Utilizou-se como consulta os bancos de dados Scielo e Pepsic, compreendendo as publicações entre 2015 a 2020, utilizando-se os termos neuropsicologia, inclusão e TDAH para as buscas. **Resultados:** Considerando que o trabalho ora apresentado está no início de coleta de dados, pode-se observar que a inclusão de crianças com TDAH nas escolas é realizada por meio da participação da família junto à educação podendo para além da avaliação e diagnóstico, analisar as habilidades e especificidades de cada indivíduo. Nessa perspectiva, a neuropsicologia tem como fundamental importância no processo de inclusão escolar a avaliação neuropsicológica que possibilitará o reconhecimento das dificuldades e potencialidades do indivíduo, tornando viável a criação de programas educacionais com adaptações curriculares, além da formação dos professores e familiares, o que poderá gerar mais bem estar e consequentemente saúde mental ao estudante

incluído. **Conclusões:** Portanto, o estudo em questão destaca possíveis contribuições da neuropsicologia na inclusão de crianças com TDAH nas escolas, sendo que a principal forma de auxílio está em torno da investigação e análise da dificuldade e habilidade desses indivíduos para assim contribuir com o processo ensino-aprendizagem consequentemente a inclusão escolar. Os estudos da neuropsicologia a respeito desse transtorno têm sido muito investigados contribuindo dessa forma sobre esse perfil sendo necessário um entendimento mais profundo sobre a neuropsicologia no processo de inclusão escolar das pessoas com TDAH. Por isso sugere-se o desenvolvimento de mais pesquisas sobre esse tema.

Palavras-chave: Neuropsicologia, Educação, Inclusão, TDAH.

ESTRATÉGIAS DE ENSINO UTILIZADAS POR PROFESSORAS DE SALA REGULAR, COM ALUNO DIAGNOSTICADO NO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Camila de Oliveira Sousa[1]; Maria da Conceição Araújo Correia[2]

[1] Faculdade Irecê-FAI

[2] Faculdade Irecê-FAI; Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Campus XVI

Introdução: O presente trabalho esclarece a importância do bom delineamento de estratégias de ensino em ambiente escolar, no contexto de sala de aula regular, para que as aprendizagens de repertórios acadêmicos e sociais sejam desenvolvidos no contato entre mediadores e pares, às crianças que mantém diagnóstico dentro do Transtorno do Espectro Autista (TEA). A pesquisa inicia apresentando documentos válidos mundialmente a respeito da inclusão escolar, seguido da legislação brasileira para a inclusão. Passa pelos critérios diagnósticos e características importantes para que se compreenda sobre o TEA. Em seguida, apresenta as categorias de estratégias de ensino que foram evidentes durante as entrevistas. Por fim, esclarece a importância de ações bem planejadas para que, em sala de aula regular possam ser desenvolvidas estratégias de ensino eficazes também às crianças com autismo. **Objetivos:** Compreender as estratégias de ensino em sala regular na Educação Infantil, Grupo 5. **Métodos:** A pesquisa qualitativa foi escolhida para que as informações pudessem atingir com profundidade o objetivo do presente estudo. A escolha dos sujeitos de estudo seguiu os seguintes critérios: (1) Lecionar na educação infantil no momento da entrevista; (2) Lecionar em escola da rede municipal de Irecê; (3) Ter pelo menos um aluno diagnosticado com TEA em sala de aula regular; e (4) Aceitar os termos contidos no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, como o uso de gravador durante a entrevista. Foram então, realizadas entrevistas individuais e semiestruturadas, buscando compreender como eram as intervenções realizadas por cada professora em sua sala de aula. A análise dos discursos coletados foi realizada de acordo com técnicas de Bardin (1977). As quatro professoras participantes possuem graduação em pedagogia e lecionam na rede municipal de Irecê, para crianças do grupo 5. Os alunos que foram foco das entrevistas estão diagnosticados com TEA e são todos do sexo masculino. **Resultados:** Os dados coletados e analisados descrevem que as professoras em questão compreendem que as crianças com autismo precisam de maior frequência de exposição aos estímulos para que sejam aprendidos. Compreendem também que a utilização de recursos visuais somados às explicações facilita o aprendizado e gera mais engajamento das crianças sobre os comportamentos esperados. Através das intervenções que elas realizaram, foram percebidos aumentos de frequência nas: habilidades de seguimento de regras, habilidades acadêmicas e também sociais, o que indica que as intervenções conseguiram ser planejadas de acordo com as especificidades de cada criança.

Conclusões: Percebeu-se então que compreender dinâmicas vivenciadas em sala de aula pode auxiliar outros professores a planejar intervenções, bem como auxiliar profissionais de outras áreas que trabalhem com crianças com TEA a compreender como podem auxiliar os professores a desenvolver as potencialidades das crianças em questão, garantindo multidisciplinaridade nas relações existentes no contexto escolar.

Palavras- chave: Estratégias de ensino, Transtorno do Espectro Autista, Alunos

EXPERIÊNCIAS DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE DE HOSPITAL UNIVERSITÁRIO AO ATENDER PESSOAS SURDAS

Ana Lícia Pessoa Nunes[1]; Shirley Macêdo[2]

[1] Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)

[2]Doutora em Psicologia Clínica, Docente do Colegiado de Psicologia e da Residência Multiprofissional em Saúde Mental da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)

Introdução: A constituição brasileira de 1988 garante que a saúde é um direito de todos e dever do Estado. Questiona-se, no entanto, o quanto essa premissa é efetivada no que tange às pessoas com deficiência, mais especificamente pessoas surdas, quando essas necessitam de atendimento hospitalar. Importante salientar que instituições de saúde devem ser espaços inclusivos, ofertando serviços com acessibilidade à comunidade. Portanto, profissionais de saúde, agentes de referência nesses espaços, devem estar preparados para realizar atendimentos de forma qualificada. **Objetivos:** Compreender experiências de profissionais de saúde de um hospital universitário ao realizarem atendimentos a pessoas surdas, descrevendo sentidos dessas experiências e o manejo dos atendimentos prestados por eles; assim como identificando possíveis dificuldades enfrentadas e estratégias utilizadas. **Método:** Conduziu-se uma pesquisa qualitativa fenomenológica de tendência hermenêutica com cinco profissionais de saúde que atuavam em hospital universitário, com os quais se realizou entrevistas individuais abertas com pergunta disparadora, gravadas, transcritas e analisadas nos seguintes passos: a) leitura de cada relato individualmente, para apreensão dos elementos significativos da experiência; b) transformação desses elementos em linguagem psicológica; c) presentificação de sentidos da experiência para cada relato analisado; d) análise preliminar, construindo um texto para cada relato investigado e convidando o colaborador, por e-mail, para participar da análise confirmando, propondo alterações ou mesmo negando a análise realizada; e) de posse das análises de cada relato, realizaram-se generalizações para a experiência investigada, considerando sentidos compreendidos e presentificados em comum para todos os colaboradores, sintetizando a análise final em Unidades de Sentido (US). **Resultados:** Compreendeu-se que as experiências de atender pessoas surdas foram descritas pelos profissionais entrevistados como desafiadoras, principalmente pela **limitação de comunicação com o paciente surdo, pela falta de formação adequada durante o curso de suas graduações e por dúvidas que possuíam quanto aos procedimentos clínicos realizados.** Reconhecendo terem maior **facilidade de comunicação na presença de um terceiro, revelaram** sentir **necessidade de recorrer a linguagens não verbais**, além de enfatizarem que a **responsabilidade**

de dominar Libras não seria apenas deles. **Conclusões:** Mesmo com dificuldades, os profissionais realizavam atendimentos à pessoa surda desenvolvendo estratégias de comunicação para além da linguagem oral. Nesse sentido, há urgência de capacitação durante a formação graduada dos profissionais de saúde por parte das instituições de ensino superior e torna-se necessário que a instituição hospitalar assuma responsabilidade social de capacitar todos os envolvidos nesse tipo de atendimento, sejam profissionais, pacientes ou familiares.

Palavras-chave: Inclusão; Pessoa com deficiência; Atendimento Hospitalar

IMPACTOS AOS IDOSOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA PANDEMIA PELO COVID-19

Raquel Barreto Rocha[1]; Adriele Silva Pereira[1], Fernanda Nunes Pereira de Melo[1], Ícaro Batista Fernandes[1], Jenifer Souza Almeida Santana[1], Larrara Carneiro Dourado[1], Queuam Ferreira Silva de Oliveira[2].

[1] Discente de Enfermagem- FAI Faculdade Irecê

[2] Docente FAI Faculdade Irecê

Introdução: O grupo mais acometido pela pandemia da COVID-19 são os idosos, tornando o índice de mortalidade maior devido a sua vulnerabilidade. Com as restrições da pandemia, a assistência a esses idosos se tornou complexa. O grupo sênior ficou comprometido mentalmente e os estudos mostram que os impactos ocasionados por essas restrições na pandemia, foram consideráveis quando comparadas as comorbidades que afetam este grupo. De acordo com o IBGE, atualmente, a prevalência de idosos que possuem algum tipo de deficiência visual é de 47,72%, assim, é importante se atentar aos reflexos na pessoa com deficiência, já que estes se tornam muito mais suscetíveis a adquirirem o vírus, devido a utilização frequente das mãos para auxílio das atividades diárias. **Objetivos:** Compreender os impactos emocionais oriundos da pandemia pela COVID-19 nos idosos com deficiência visual. **Métodos:** Trata-se de uma revisão bibliográfica com abordagem qualitativa e caráter descritivo. Foram selecionados artigos publicados na base de dados eletrônica SciELO, LILACs e feito busca cinzenta em sites governamentais, sendo estes, a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Ministério da Saúde (MS). Utilizando os seguintes descritores: idoso, saúde mental, deficiência visual, COVID-19. Foram selecionados 6 artigos, publicados nos anos de 2010 a 2020. Destaca-se a escassez de artigos para a temática. **Resultados:** A Pandemia da COVID-19 trouxe a necessidade do isolamento social e consequentemente restrições em atendimentos. Tais restrições geraram impactos diversos a todos os ciclos de vida trazendo mudanças tanto no âmbito biológico, quanto mental, seja também pelas interrupções de rotinas de trabalho e estudos, ou pelo distanciamento das pessoas em suas relações familiares e interpessoais esses por sua vez trouxerem consequências como maiores crises de ansiedade, depressão, sentimento de tristeza e incerteza sobre o amanhã principalmente para os idosos, pois se tornaram o grupo com maior vulnerabilidade, por apresentarem comorbidades que associadas com o COVID-19 trazem maiores consequências a saúde do idoso. Essa situação se complica ainda mais quando o idoso apresenta deficiência visual pois essa condição limita a autonomia e independência, exigindo maiores esforços e cuidados. Destaca-se também, grande preocupação para cuidados biológicos e prevenção para o Coronavírus, no entanto, negligencia a outras morbidades e saúde mental. **Conclusão:** Portanto, ficou evidente que

durante a pandemia do COVID-19, os idosos com deficiência visual enfrentam muitas dificuldades, se tratando do autocuidado, tornando um grupo de pessoas que necessitam de cuidados e apoios especiais por parte de cuidadores e órgãos competentes como o Estado. Dessa forma, os idosos com deficiência visual devem estar inclusos dentro das políticas públicas de saúde, tendo direito a acessibilidade nas campanhas de utilidades pública sobre a pandemia (descrição de imagens). Como estratégia de cuidados a esses idosos além das medidas básicas como uso de máscaras, utilização de álcool a 70%, hábitos de lavar sempre as mãos com água e sabão, podemos incluir a readaptação e capacitação dos cuidadores e dos atendentes de comércios, clínicas e outros estabelecimentos.

Palavras-chave: COVID-19; Idosos; Deficientes Visuais

IMPLICAÇÕES DA ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA ESCOLAR NO PROCESSO INCLUSIVO DE PESSOAS COM TEA

Ana Carolina Pereira de Souza[1]; Camila de Oliveira Sousa[2]

[1] Discente Faculdade Irecê - FAI

[2] Docente Faculdade Irecê - FAI

Introdução: O Transtorno do Espectro Autista (TEA) inicialmente descrito por Leo Kanner em 1943, passa a ser incluído pela primeira vez no Manual de Diagnóstico e Estatística em sua 3ª Edição no ano de 1980 – DSM-III, sendo classificado como um Transtorno Invasivo do Desenvolvimento. Muitas pesquisas passaram a ser publicadas acerca do tema levando a modificações e atualizações conceituais e sociais. Em sua versão mais recente, o DSM-V em 2014 classifica o TEA como um dos Transtornos do Neurodesenvolvimento. Atualmente, no território brasileiro, legislações e direitos são dirigidos ao público autista, sendo o direito à educação decretado pela Política dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista na Lei Federal n°12.764/2012. Desta forma, mostra-se válida a discussão acerca da importância da atuação da psicologia escolar no âmbito educacional, enquanto mediadora das ações educacionais, sendo facilitadora através de suas teorias e instrumentos, assim como, através de suas produções científicas. **Objetivos:** Compreender as implicações da atuação da Psicologia Escolar no processo inclusivo de pessoas com TEA, através do levantamento de dados acerca do percurso histórico do processo de inclusão de pessoas com TEA na educação brasileira e identificação das contribuições do psicólogo escolar neste contexto. **Métodos:** Este trabalho foi realizado através de um estudo bibliográfico de abordagem qualitativa, com característica descritiva e explicativa. As pesquisas foram realizadas nas bases de dados bibliográficas SciELO e PePSIC e, bibliotecas física e virtual, tendo como fontes livros e artigos científicos relacionados à área. Foram incluídos os artigos publicados a partir de 2010, a partir das palavras-chave Autismo, Psicologia, Inclusão Escolar. **Resultados:** A inclusão escolar envolve um processo complexo permeado por diferentes agentes, entre eles está o profissional de Psicologia. Este, através da aplicação dos conhecimentos da ciência psicológica, pode auxiliar o desenvolvimento e a melhora da dinâmica social, familiar e escolar de pessoas com TEA. Pesquisas apontam melhoras na interação professor-aluno e maior autonomia docente no manejo da criança com TEA; melhoras nas habilidades de leitura e escrita; bons resultados no ensino de diferentes comportamentos. Entre as intervenções, podem ser vistas, o auxílio na confecção dos materiais a serem trabalhados em classe, a criação de momentos coletivos, brincadeiras e jogos para o desenvolvimento da sociabilidade, capacitação e assessoramento à equipe educacional, avaliações das práticas de inclusão, entre outros. **Conclusões:** Concluiu-se através deste trabalho que, as pesquisas relacionadas ao trabalho do

psicólogo objetivando a inclusão de pessoas com TEA no contexto escolar brasileiro são escassas, e que se faz necessários mais estudos acerca desta temática. Contudo, percebe-se, através dos estudos existentes, que a presença deste profissional propicia melhoras no processo inclusivo e de ensino-aprendizagem, respeito às diversidades e apoio psicopedagógico.

Palavras-chave: autismo; inclusão; psicologia escolar;

POSSÍVEIS INTERVENÇÕES DO PSICÓLOGO EDUCACIONAL FRENTE AOS DESAFIOS DO FRACASSO ESCOLAR DE CRIANÇAS AUTISTAS

Tuany Pereira da Silva Souza[1]; Larissa da Silva Melo[1] Márcus Vinícius Gomes Moreira[1]; Káren Caroline de Souza[1;] Camila Oliveira Sousa[5].

1Discente Faculdade Irecê- FAI

[5]Docente Faculdade Irecê- FAI

Introdução: Segundo Schmidt et al. (2016), a educação inclusiva brasileira possui enclaves a serem superados tais como a capacitação do corpo estudantil e a infraestrutura da escola, os quais podem gerar fracasso escolar e afins. Um dos transtornos que merecem atenção especializada é o Transtorno do Espectro Autista (TEA), diante disso a atuação do psicólogo é de grande valia para a inclusão efetiva. **Objetivos:** Compreender o desafio do fracasso escolar de crianças autistas e as possíveis intervenções do psicólogo. **Métodos:** Para essa pesquisa utilizou-se de revisão bibliográfica de abordagem qualitativa por meio de artigos e livros virtuais, disponíveis nas plataformas Scielo, Pepsic, Redalyc e Proped, selecionados a partir do recorte temporal de 2000 a 2020, com maior enfoque na última década. **Resultados:** Os resultados obtidos demonstraram que o fracasso escolar de infantes envolve diversos fatores biopsicossociais, por exemplo, a dificuldade de sociabilidade, inabilidade de profissionais da educação, principalmente professores, além da falta de estrutura para amparar as demandas desse público. Assim sendo, o psicólogo deve criar intervenções e estratégias junto à escola e família promovendo ações de adaptação as limitações subjetivas de cada indivíduo. Dessa forma, isso pode ocorrer através da compreensão da história de vida dessa criança, criação de estratégias de ensino junto com o professor que facilitem a aprendizagem, orientações acerca da necessidade de uma atenção direcionada e da estimulação dos sentidos da criança, por meio de modelos para observação e imitação, como também o psicólogo pode intervir transversalmente, junto ao corpo estudantil, promover eventos, afim de que os demais alunos criem relações com os autistas, vale ressaltar que de acordo com o caso também deve ser feito um encaminhamento para um profissional especializado, com atendimento individual. **Conclusões:** Nesse cenário, a atuação do psicólogo permeia pelos âmbitos escolar, familiar e comunitário, em conjunto a uma equipe multidisciplinar, intervindo para que a criança com TEA não apenas seja inserida, como também tenha condições de se desenvolver nesse contexto, ou seja, incluindo-a, colaborando assim para uma possível redução do fracasso escolar.

Palavras-chave: Fracasso escolar; autismo; intervenção.

O ESTÁGIO BÁSICO ENQUANTO OPORTUNIDADE DE ACOLHIMENTO DA PESSOA COM SÍNDROME DE DOWN

Thaline Viana de Araújo[1]; Ademar Rocha da Silva[2]; Claudilson Souza dos Santos[3]; Cris Labelle Dourado Rocha[4]; Ester Almeida Bastos[5]; Jéssica Souza dos Reis[6]; Phablo Taillan Alves Camacam[7]

[1] Discente do 5° semestre do Curso de Psicologia da Faculdade Irecê-FAI
[2] Docente do Curso de Psicologia da disciplina de Estágio Básico II em psicologia da Faculdade de Irecê-FAI
[3] Docente do Curso de Psicologia da disciplina de Métodos e Técnicas de Pesquisa em psicologia da Faculdade de Irecê-FAI
[4] Monitora de Ensino de Métodos e Técnicas de Pesquisa em Psicologia da Faculdade Irecê-FAI
[5] Discente do 5° semestre do Curso de Psicologia da Faculdade Irecê-FAI
[6] Discente do 5° semestre do Curso de Psicologia da Faculdade Irecê-FAI
[7] Discente do 5° semestre do Curso de Psicologia da Faculdade Irecê-FAI

Introdução: A Síndrome de Down caracteriza-se por uma alteração genética relacionada aos cromossomos, ocasionando anomalias, podendo provocar várias consequências para a pessoa acometida por esta síndrome, quanto para a sua família, sendo estes sujeitos possíveis de serem acolhidos pelo estagiário de psicologia no seu espaço de atuação. **Objetivos:** Compreender o estágio básico enquanto oportunidade de acolhimento da pessoa com Síndrome de Down. **Métodos:** Para a realização deste trabalho foi feita uma revisão bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter exploratório, utilizando as bases de dados: Pepsic e Scielo, com localização de artigos compreendidos entre 2014 a 2020, a partir de critérios de inclusão e de exclusão, por meio dos operadores booleanos, combinando os descritores: estágio básico; Síndrome de Down; e acolhimento. **Resultados:** Tendo em vista que este estudo encontra-se na fase inicial, os resultados apresentados aqui, são provisórios e dão conta de que a Síndrome de Down é uma alteração genética na qual o sujeito tem 47 cromossomos em suas células, ao invés de 46, podendo ocasionar diversas consequências: físicas ou psicológicas no sujeito, possivelmente impactando tanto o contexto da família, como também da própria pessoa com tal Síndrome, nesse sentido o estagiário busca acolher e orientá-los, sendo fundamental reconhecer e entender a sua habilidade e fortalecer nas dificuldades de acordo com seu desempenho. Para além disso, pode-se utilizar formas psicoterapêuticas para fazer intervenções, auxiliando o sujeito a encontrar autonomia e potencialidades, ocorrendo a avaliação das comorbidades no ambiente a partir do acompanhamento terapêutico, entendendo como o indivíduo se relaciona com as pessoas do seu entorno e em seu contexto social. Diante disso, sendo o estágio básico um campo de atuação do estudante de

psicologia, pode se configurar em uma oportunidade de acolhimento da pessoa com Down e também a sua família, desenvolvendo estratégias de acolhimento que auxiliem no processo de aceitação e compreensão da Síndrome. **Conclusões:** Por fim, diante dos resultados apresentados, cabe destacar a importância do acolhimento psicológico às pessoas com Down a partir do estágio básico, o qual poderá ajudar na melhoria da sua qualidade de vida, devendo para tanto, este processo ser supervisionado pelo professor e profissional responsável, contribuindo dessa forma com a inclusão e promoção dos direitos dessas pessoas, temática que não se encerra neste trabalho, carecendo de ampliação da presente pesquisa.

Palavras-chave: Síndrome de Down; Estágio básico; Acolhimento.

O PROCESSO DE DESCOBRIR-SE UMA PESSOA SURDA: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS

GUILHERME BANDEIRA MARINS CANDIDO[1]; ADEMAR ROCHA DA SILVA[2]; PAULA RAYELLE SILVA SOUZA[1]

[1]Discentes do curso de Psicologia da Faculdade Irecê - FAI

[2]Orientador da pesquisa e Docente do curso de Psicologia da Faculdade Irecê - FAI

Introdução: A descoberta da surdez é um processo doloroso que pode provocar um estágio de luto simbólico e esse fenômeno tende apresentar implicações sociais, uma vez que perceber-se surdo num contexto no qual as pessoas se comunicam através da linguagem natural, esta que o surdo não consegue compreender, causa sentimentos negativos de perda. Nesse sentido, no contexto educacional também pode surgir o luto simbólico, pois a linguagem de sinais é pouco conhecida e explorada pela população de modo geral, uma vez que não se atentam as particularidades culturais, o que gera na pessoa surda uma sensação de incompreensão e de não pertença em qualquer ambiente. **Objetivos:** Identificar as formas de exclusão que acomete o indivíduo surdo e estratégias para elaboração do luto simbólico. **Métodos:** A escolha metodológica baseou-se na análise qualitativa por meio da pesquisa bibliográfica. Foram mobilizados estudos disponíveis em meios físicos e acervos virtuais (SciELO e PePSIC), e repositórios pertencentes à temática, no qual norteou a análise de dados, culminando no presente resultado. O critério de inclusão se deu em um recorte de tempo entre os anos 2003 a 2020, já no critério de exclusão foram retirados materiais que não contemplavam a proposta do trabalho. **Resultados:** A partir do desenvolvimento da pesquisa é possível pressupor que é importante para a pessoa surda compreender sua identidade para nivelar a relação interpessoal com a comunidade ouvinte. Para tal, é de suma importância a elaboração do luto simbólico advinda da perda auditiva, além do reconhecimento da língua de sinais, que no caso do Brasil é denominada LIBRAS, e por fim, contribuir para o processo de quebra do tabu em que é determinado que o surdo não tem capacidade de se comunicar. Nesse sentido, a exclusão acomete o surdo em várias esferas sociais, no mercado de trabalho, nas relações interpessoais e amorosas. Entende-se que o indivíduo acaba sendo isolado da sociedade a medida em que surge um cansaço de tentar se comunicar da forma convencional, por vergonha ou medo das reações das pessoas ouvintes, bem como o esgotamento de não ser compreendido pelo mundo de maneira geral. Desse modo a discussão de estratégias para melhorar a qualidade de vida da pessoa surda é pertinente pois, proporciona uma inserção social com mais facilidade. **Conclusões:** Diante do exposto, conclui-se que a exclusão influencia de maneira negativa, a saúde mental dos surdos. Uma conduta que oprime e ridiculariza o sujeito, sendo por muitas vezes

taxativa, enquadrando-os como se tivessem um transtorno mental, logo, a pesquisa se faz relevante para a desmistificação da surdez.

Palavras-chave: Surdez; Luto simbólico; Identificação social.

O SUICÍDIO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NA PERSPECTIVA FENOMENOLÓGICA EXISTENCIAL

Elange Magdala Pacheco Rocha[1]; Carícia Maria dos Santos[2]; Cassandra Pio Barreto[3]; Claudilson Souza dos Santos[4]; Luciana Gomes Martins[5]; Marcella Dourado Souza Silva[6]; Maria Luiza Rodrigues dos Santos[7].

[1] Discente do 5º semestre do Curso de Psicologia da Faculdade Irecê (FAI)

[2] Discente do 5º semestre do Curso de Psicologia da Faculdade Irecê (FAI)

[3] Discente do 5º semestre do Curso de Psicologia da Faculdade Irecê (FAI)

[4] Docente da Faculdade Irecê (FAI)

[5] Docente da Faculdade Irecê (FAI)

[6] Monitora da disciplina Métodos e Técnicas de Pesquisa em Psicologia da Faculdade Irecê (FAI)

[7] Discente do 5º semestre do Curso de Psicologia da Faculdade Irecê (FAI)

Introdução: O suicídio pode ser caracterizado como um fenômeno social constituindo um grave problema de saúde pública. Desse modo, o vazio existencial, quando experienciado pelos sujeitos com deficiência, juntamente com a falta de sentido da vida, tende a se configurar como um dos fatores significativos na decisão do suicídio. Neste sentido, a fenomenologia existencial pode contribuir com a elucidação dos motivos que induzem o indivíduo a promover o suicídio, fator que vai sendo construído ao longo da sua história de vida, e se revelam na sua constituição existencial. Assim, ao abordar o suicídio dentro do contexto da deficiência física, faz-se necessário pensar que o corpo representa para o sujeito, a identidade de sua condição no mundo, passando a vivenciar uma angústia de ser-no-mundo e consequentemente, ter somente uma escolha como salvação: a libertação através da morte. **Objetivos:** Refletir sobre as ideações suicidas experienciadas pelo deficiente físico à luz da fenomenologia existencial. **Métodos:** O presente trabalho parte de uma pesquisa bibliográfica narrativa, de cunho qualitativo. Para a localização dos artigos, foram consultados os bancos de dados Scielo, PePsic e Lilacs, cujas publicações compreendem o período de 2015 a 2020, por meio de filtragem, utilizando-se os critérios de inclusão e os de exclusão para a busca, com suporte dos operadores booleanos. **Resultados:** Considerando que este estudo se encontra na sua fase inicial, os resultados prévios dão conta de que, a ideação suicida em pessoas com deficiência física, pode ser analisada através da abordagem fenomenológica existencial, visto que, o ser humano está constantemente buscando um significado para sua vida. Desse modo, a fenomenologia existencial é de fundamental importância para a compreensão desse

fenômeno, pois concebe o indivíduo em sua totalidade, como um ser dotado de potencialidades, livre para fazer suas escolhas e responsável por elas. Nesta perspectiva, a pessoa com deficiência física, muitas vezes não descobre uma explicação em seu “sofrer” conduzindo-a ao desespero e à perda do sentido de existir, pois não encontrando motivo para viver, se vê cercado por problemas que parecem não ter solução, acarretando pensamentos suicidas. **Conclusões:** Desse modo, pode-se concluir que o suicídio é considerado um problema de saúde pública com múltiplos casos decorrentes de indivíduos que após a perda motora, podem perder o sentido da vida e, muitas vezes, permanecendo com um vazio existencial. Com isso, este estudo contribui para pesquisas futuras, fazendo-se necessário um aprofundamento do suicídio em deficientes físicos, tema complexo e que precisa ser discutido em diferentes contextos.

Palavras-chave: Suicídio; Deficiência Física; Fenomenologia Existencial.

OBRIGATORIEDADE DE ACESSIBILIDADE NOS SITIOS DA INTERNET X EFETIVIDADE

Brenda Oliveira Santana[1]; Leonellea Pereira[2]

[1] Discente da Faculdade Irecê - FAI

[2] Docente da Faculdade Irecê - FAI

Introdução: No mundo tecnológico no qual vivemos o conceito de direito à informação se amplia para abranger as diferentes mídias que cumprem tal papel social, recebendo tal direito um novo qualificativo, formando a expressão direito à tecnologia da informação. Este trabalho tem como escopo refletir sobre o uso das tecnologias, mais especificamente o acesso às informações em sítios da internet pelas pessoas com deficiência. Desta forma aborda um dos requisitos de eficácia e aplicabilidade das normas jurídicas que é o da efetividade, observando se de fato a norma produz seus efeitos. **Objetivo:** Assim busca-se analisar a efetividade do artigo 63 do Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei 13.146/ 2015, uma vez que tal coloca a obrigatoriedade da acessibilidade em sítios da internet de empresas que mantém sede no país ou por órgãos governamentais para uso das pessoas com deficiência. **Método:** Foi desenvolvida, no segundo semestre do ano de 2020, uma pesquisa em vinte sítios da internet, sendo, deste total, dez de empresas privadas e dez de órgãos do governo; tendo como método investigativo a indução, pois parte de casos particulares para o geral e uma abordagem qualitativa, pois perquiriu encontrar, na página principal destes sítios, comandos de acessibilidade que condissessem com a lei, com as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente. **Resultados:** Demonstra-se que dentre os dois grupos de sítios pesquisados, o grupo de sítios de empresas particulares não apresenta nenhuma ferramenta que possibilite o acesso à informação a nenhum tipo de necessidade especial, enquanto que o grupo de sítios de órgãos do governo cumpre a determinação legal e dispõe de mecanismos de forma visível em sua página principal, que permitem a busca no site, apresenta, dentre estes, o botão de acessibilidade em libras. **Conclusões:** Conclui-se, desta forma, que a norma do dispositivo supracitado neste trabalho não cumpre de fato sua efetividade, ao menos a uma parte de seu dispositivo, pois somente uma parte dos sujeitos que são vinculados pela norma obedece ao comando legal. Pode-se deduzir que a falta de obediência ao dispositivo não gera nenhum tipo de sanção aos sujeitos que a descumprem, uma vez que este mecanismo funciona como forte coibidor de práticas contrárias às leis. É imprescindível que se empreendam mecanismos de supervisão, uma vez que a mera validade das leis não cumpre seu papel social, sendo *mister* o critério da efetividade para que de fato a lei gere seus efeitos e não se torne obsoleta, efetivando-se, assim, os direitos fundamentais das pessoas com deficiência em ter acesso à informação.

Palavras-chave: Acessibilidade; Sítios da internet; Efetividade

OS SUJEITOS COM DEFICIÊNCIA E TRANSTORNOS MENTAIS ACOMETIDOS PELO PRECONCEITO SOCIAL

Dainara dos Anjos Oliveira[1]; Beatriz Ermácora de Brito[2]; Claudilson Souza dos Santos[3]; Evelin Ribeiro de Souza[4]; Kananda Pereira Pimenta[5]; Milena Oliveira Santos[6]

[1] Discente do 5° semestre do Curso de Psicologia da Faculdade Irecê-FAI

[2] Discente do 5° semestre do Curso de Psicologia da Faculdade Irecê-FAI

[3] Docente do Curso de Psicologia da disciplina de Métodos e Técnicas de Pesquisa em psicologia da Faculdade Irecê-FAI

[4] Discente do 5° semestre do Curso de Psicologia da Faculdade Irecê-FAI

[5]Monitora de Ensino de Métodos e Técnicas de Pesquisa em Psicologia da Faculdade Irecê-FAI

[6] Docente do Curso de Psicologia da disciplina de Saúde Mental da Faculdade Irecê-FAI

Introdução: Embora se conceba que a sociedade tenha evoluído em muitos aspectos, em outros, ainda há um certo atraso, a exemplo do preconceito social, presente de diversas formas e contextos, afetando a saúde mental e física de muitas pessoas, dentre elas as que apresentam alguma deficiência e transtornos mentais associados. Além disso, pessoas com algum transtorno mental, muitas vezes, apresentam desequilíbrio emocional, logo, julgamentos atribuídos a elas podem gerar exclusão na sociedade, ferindo os direitos humanos, o que pode provocar isolamento social e consequentemente prejudicar ainda mais a saúde desses sujeitos. **Objetivos:** Compreender de que maneira os sujeitos com deficiência e transtornos mentais associados são acometidos pelo preconceito social. **Métodos:** O estudo parte de uma revisão bibliográfica sistemática que teve como critério de pesquisa artigos científicos publicados entre os anos de 2018 a 2020 encontrados nas bases de dados: SciELO e PePSIC, por meio de filtragem a partir dos critérios de inclusão e de exclusão. **Resultados:** Sendo este estudo ainda na fase inicial, tem-se como resultados provisórios uma diversidade de preconceitos decorrentes da estigmatização pela sociedade, podendo causar adoecimento físico e psíquico nos sujeitos com deficiência e transtornos mentais. Além disso, ao longo da pesquisa foi possível verificar que tanto os sujeitos com alguma deficiência, quanto os indivíduos com transtornos mentais, são vistos como minoria, e tratados pela sociedade com desprezo e indiferença, por esse motivo, são julgados como anormais, e ainda rotulados como desequilibrados e perigosos, ao possuírem um transtorno mental. Diante disso, é preciso buscar cada vez mais formas de inclusão social desses sujeitos, como também mobilizar a sociedade a oferecer mais oportunidades para

inserção dessas pessoas, independente das suas particularidades. **Conclusões:** Dessa forma, a falta de informação e a própria limitação de direitos, camuflam uma realidade que precisa ser vista pela população, requerendo dessa forma, continuidade dos estudos sobre o tema aqui proposto.

Palavras-chave: Preconceito social; Transtorno mental; Deficiência

PANDEMIA DA COVID19: REFLEXÕES AOS DIFERENTES CICLOS DE VIDA COM ENFOQUE NA SAÚDE DO IDOSO DEFICIENTE AUDITIVO

Beatriz Dourado Calazans Farias[1] , Aparecida Figueredo de Souza[1] , Andreza Bastos Santos Patriota[1] , Bruna Teles Santos[1] , Luzicleide Jesus da Silva[1] , Teodoria Caldeira dos Santos[1]. Cleuton Machado Calvacante[2], Livia Dourado Leite[2], Queuam Ferreira Silva de Oliveira[2]

[1] Discente de Enfermagem- FAI Faculdade Irecê

[2] Docente FAI Faculdade Irecê

Introdução: A pandemia do COVID-19, provocada pelo SARS-CoV-2, surgiu em Wuhan na China e causou um grande impacto mundialmente, por ser um vírus de propagação acelerada. A COVID-19 atinge toda a população sem discriminação de cor, raça ou idade, porem a população idosa é considerada uma população de alto risco. **Objetivos:** refletir acerca das limitações enfrentadas pelas pessoas idosas com deficiência auditiva diante da pandemia do coronavírus. **Métodos:** Trata-se de um relato de reflexões e experiência de atividade interdisciplinar desenvolvida no semestre 2020.2, no curso de graduação em enfermagem, com as disciplinas que abordam ciclos de vida e gênero. Realizou-se uma revisão bibliográfica com os descritores: idoso, Infecções por Coronavirus, correlacionando-os com a deficiência auditiva, destaca-se poucas publicações acerca da temática. Após estudo do tema, foi socializado à turma, para instigar debates e reflexões. **Resultados:** A população idosa encontra-se no ciclo de maior vulnerabilidade no que diz respeito à COVID-19, uma vez que se evidencia maiores complicações nessa faixa etária. As alterações senescentes podem desencadear maiores complicações, como o comprometimento das funções imunológicas, fisiológicas e sensoriais. Destaca-se a perda auditiva como importante vulnerabilidade, uma vez que uma das recomendações básicas é o uso da máscara, a qual impede a leitura orofacial por parte dessas pessoas, e que pode limitar interações, compreensões e cuidados, principalmente das estratégias virtuais de prevenção da COVID-19. Utiliza-se a máscara “O comunicador” com espaço livre ao redor da boca um facilitador, uma vez que contribui à leitura dos lábios, permitindo melhor compreensão da fala. A redução de ruídos adversos, realização de testes de escuta e avaliação específica e atenção individualizada são cuidados que podem minimizar agravos idosos com limitações auditivas. **Conclusões:** As informações sobre a COVID 19 não chegam na mesma proporção para pessoas com deficiência auditiva. Além disso pode-se perceber a falta de profissionais qualificados na área da saúde em linguagens de sinais, principalmente nas consultas com idosos com deficiência, ao qual o distanciamento e o uso máscara são obrigatórios.

Palavras-chave: idoso, COVID – 19, Infecções por coronavirus, Isolamento social.

REFLEXÕES SOBRE A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NA EDUCAÇÃO DAS PESSOAS SURDAS À LUZ DO DECRETO Nº 5626/05

Joelia Porfiria de Sá[1]; Leonellea Pereira[2]

[1] Discente da Faculdade Irecê – FAI

[2] Docente da Faculdade Irecê – FAI

Introdução: Desde muito tempo as pessoas surdas têm suas vontades e necessidades negadas em detrimento do que a sociedade julga como correto em relação à sua educação. A escola acaba colonizando-as numa tentativa de "normalização", a partir de uma perspectiva patológica: o foco está no déficit auditivo e associam o seu desenvolvimento cognitivo à oralidade. A visão aqui adotada se enquadra numa perspectiva socioantropológica, em que a surdez é considerada uma diferença cultural e o uso da língua de sinais como primeira língua é evidenciada como fortalecimento da sua identidade, valorizando-a como fator essencial no desenvolvimento pleno da pessoa surda enquanto sujeito produtor de cultura. A Língua Brasileira de Sinais (Libras) teve seu reconhecimento através da Lei 10.436/ 2002, regulamentada pelo Decreto nº 5.626/ 2005. **Objetivos:** Nesse cenário, o texto tem o objetivo de refletir sobre a Libras na educação de pessoas surdas com base no Decreto nº 5.626/05. **Métodos:** A metodologia utilizada foi a abordagem qualitativa e o tipo de pesquisa foi exploratória e bibliográfica. **Resultados:** Segundo o Decreto nº 5.626/05, são consideradas pessoas surdas aquelas que tem perda auditiva e suas interações ocorrem através de experiências visuais, demonstrando sua cultura, sobretudo, utilizando a Libras. Dentre os direitos presentes no Decreto está a oferta do ensino da Libras e da Língua Portuguesa como segunda língua desde a educação infantil, além de dispor de tradutor e intérprete de Libras, que infelizmente, estão presentes em poucas escolas. Ademais, muitas pessoas surdas têm contato tardio com a língua de sinais. Estes fatores impactam negativamente na construção do conhecimento, pois suas especificidades linguísticas não são contempladas. Outro ponto do Decreto é a orientação à família sobre as implicações da surdez e a relevância do acesso à Libras desde o seu nascimento. Entretanto, muitas famílias não conhecem a Libras e sequer sabem da existência de uma legislação específica que lhes permitem mobilizar instrumentos jurídicos para assegurar tais direitos. Outra questão que a norma traz é o apoio do uso e difusão da Libras na comunidade escolar. Este é um ponto importante, pois a língua de sinais ainda é vista de forma simplista e limitada. Contudo, a Libras, a qual possui modalidade visual espacial, tem uma estrutura gramatical própria, permite expressar conceitos abstratos e, assim como nas línguas orais, está organizada nos níveis fonológico, morfológico, sintático e semântico. O Decreto também faz referência à escola bilíngue, porém, como é um debate que carece um estudo aprofundado, cabe aqui somente mencionar, pois é essencial a visão da própria

pessoa surda para debater sobre o melhor modelo educacional, levando em consideração seu poder de escolha e não impondo um modelo utópico que se distancia das suas especificidades. **Conclusões:** Diante do exposto, é notório que apesar dos avanços alcançados na legislação sobre a educação das pessoas surdas, é preciso pensar para além das normas jurídicas, pois sozinhas não garantem uma educação de qualidade, há uma distância entre o real e o necessário. Assim, é primordial que essa discussão ressoe para fomentar a difusão da Libras para pessoas surdas e ouvintes, bem como valorizar a língua de sinais reconhecendo a sua importância como um elo que viabiliza não só o acesso ao conhecimento, como também o fortalecimento da identidade e cultura surda.

Palavras-chave: Libras; Educação das pessoas surdas; Decreto nº 5626/05

SOBRE O DIREITO DE FALAR E SER OUVIDO: A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO DEFICIENTE INTELECTUAL A PARTIR DE SEU PRÓPRIO RELATO

Lenice Trajano da Costa[1], Leonellea Pereira[2]

[1] Discente da Faculdade Irecê – FAI

[2] Docente da Faculdade Irecê – FAI

Introdução: Este texto apresenta a síntese sobre uma pesquisa realizada com alunos com deficiência intelectual (DI), participantes de atividades pedagógicas em Belém, na Fundação Pestalozzi do Pará, cujos dados possibilitam a reflexão acerca da dignidade da pessoa humana e do direito à comunicação assegurados pelo ordenamento jurídico como elementos essenciais para o pleno exercício da comunicação. Destaca-se a importância da fala desses sujeitos, "validada" pela escuta respeitosa e atenta do interlocutor, na construção do ethos desses indivíduos socialmente silenciados em função de sua condição de pessoa com deficiência. **Objetivos:** A pesquisa foi realizada com 40 alunos com DI de 18 a 52 anos, de ambos os sexos. Ao longo dos encontros, buscou-se promover momentos de interação visando oportunizar seu envolvimento em atividades para promoção da sua escuta e exposição de relatos baseados em suas vivências no âmbito familiar, na escola e em sociedade, favorecendo a construção dos seus ethos, a "imagem de si mesmos", destacando mitos concernentes à aprendizagem e socialização, enfatizar suas experiências e buscando disseminá-las na tentativa de desmistificar preconceitos e contribuir para a inclusão. **Métodos:** A metodologia utilizada ancorou-se em pesquisa bibliográfica e documental, bem como nos registros das análises relacionadas aos relatos dos sujeitos participantes. **Resultados:** De acordo com os dados expostos e com as declarações da autora, é possível visualizar o perfil dos alunos com DI que participam das atividades pedagógicas da fundação como sujeitos ativos, participativos na vida familiar e social e que gozam de condições suficientes para falarem de si e exercerem, dentro de suas limitações, atividades cotidianas que lhes favoreçam o exercício de sua cidadania. Dessa forma, o resultado que se observa é o conhecimento da vida de um aluno com DI a partir de seu próprio relato e a construção do seu ethos. É oportuno trazer breve distinção entre doentes mentais e deficientes intelectuais, sendo os segundos os sujeitos da desta pesquisa. Deficiência intelectual difere de doença mental principalmente por ser a deficiência apenas uma limitação no desenvolvimento das funções necessárias para compreender e interagir com o meio, enquanto na doença as funções existem, mas ficam comprometidas pelos fenômenos psíquicos aumentados ou anormais. Enquanto as doenças mentais podem aparecer em qualquer momento da vida, a deficiência intelectual pode ocorrer até os 18 anos. **Conclusões:** A visão que se forma a partir de diagnósticos médicos sobre pessoas com DI é empobrecedora no sentido de não contribuir para a construção de uma imagem de um ser humano

repleto de possibilidades. É necessário buscar formas de compreender e colaborar para que a visão de si desse sujeitos sejam desenvolvidas a partir de referências positivas. Muito pouco do que se sabe a respeito desses sujeitos é um conhecimento exato do que eles próprios relatam sobre si: esse equívoco necessita ser reparado. Rediscutir a representação do sujeito subalternizado em função de sua limitação passa pela necessidade de reconhecer seu lugar de fala. Não fosse o olhar preconceituoso que limita a capacidade de contemplar as potencialidades desses sujeitos, toda a sociedade estaria militando na defesa dos direitos de todos os indivíduos, e em especial para assegurar aos hipossuficientes a proteção necessária e adequada ao seu pleno desenvolvimento, conforme o texto constitucional lhes assegura.

Palavras-chave: Deficiência Intelectual; *ethos*; direitos

FAI
FACULDADE IRECÊ